

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TEMATIZANDO A RELAÇÃO IDOSO E VOLUNTÁRIO
NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, para a obtenção do Título de
Assistente Social orientado pela professora
Maria da Graça dos Santos Dias.

Aprovado em 30/09/98

Marly Venzon Tristão
Marly Venzon Tristão
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Cristiane da Silva

Florianópolis, setembro de 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TEMATIZANDO A RELAÇÃO IDOSO E VOLUNTÁRIO
NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Cristiane da Silva

Florianópolis, setembro de 1998.

MENSAGEM

"Durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo."

(Ecléa Bosi)

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Renato e Nilza e a minha bisavó,
Lúcia (em memória).*

AGRADECIMENTOS

- A Deus, sentido de vida, minha força e esperança, pelo seu grande amor.
- A meus pais, Renato e Nilza, por tudo o que fizeram por mim, pelo apoio, pela amizade e compreensão em todos os momentos vividos nesses anos.
- A meus irmãos, Dannel e Renata, pela ajuda, alegria e por nossa união.
- A meu namorado Marcelo, pelo incentivo, respeito e dedicação.
- A amiga Daniella, pelos sorrisos e lágrimas, sonhos e decepções, tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes, minha admiração e carinho.
- A todos os amigos do Movimento Água Viva - Jovens pela partilha, alegria e sustentação e colaboração neste trabalho.
- À assistente social e supervisora Vera Nícia pela receptividade, pelo abraço, estímulo, respeito e por mostrar-me o mundo por uma outra janela.
- À orientadora Maria da Graça, pela simplicidade e grandeza, pela capacidade de compreensão, pela presença em todos os momentos e por tudo o que aprendi enquanto pessoa.
- À ASA pela oportunidade de estágio e ao Grupo de Convivência de Idosos Amizade e Utopia, meu carinho por todas as idosas e voluntárias.
- Às amigas Lidiane, Fernanda e Leila, que me acompanharam nesse processo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. VELHICE: (RE)CONSTRUINDO SENTIDOS DE VIDA	14
1.1. O processo de envelhecimento – considerações gerais	14
1.2. Velhice e aposentadoria	24
1.3. Velhice e relações familiares	30
1.4. Velhice e projeto de vida	35
1.5. Velhice e gênero	39
1.6. Velhice e qualidade de vida	45
1.7. Velhice e participação	49
1.8. Velhice e cidadania	53
2. DESVELANDO SENTIDOS DAS RELAÇÕES ENTRE IDOSO E VOLUNTÁRIO	59
2.1. A Ação Social Arquidiocesana – ASA	59
2.2. O Programa de Assessoria aos Grupos de Convivência de Idosos e o Programa de Formação de Dinamizadores	65
2.3. Fundamentos teórico-metodológicos da práxis	70
2.4. Os Grupos de Convivência de Idosos: Utopia e Amizade	76
2.4.1. Desvelando sentidos das relações entre idoso e voluntários no Grupo de Convivência de Idosos Utopia	80
2.4.2. Desvelando sentidos das relações entre idoso e voluntários no Grupo de Convivência de Idosos Amizade.....	91
2.5. Síntese compreensiva – interpretativa da experiência vivenciada ...	103

3. TEMATIZANDO A PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	108
3.1. Motivos da não participação dos homens nos Grupos de Convivência de Idosos	108
3.2. Motivos e significados da participação dos homens nos Grupos de Convivência de Idosos	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das reflexões e experiências vivenciadas durante nosso estágio, realizado na Ação Social Arquidiocesana - ASA - no período de agosto de 1996 a dezembro de 1997, junto aos Grupos de Convivência de Idosos e visa atender às exigências do Curso de Graduação de Serviço Social para obtenção do título de assistente social.

O conteúdo por nós exposto, diz respeito à prática do Serviço Social na área da terceira idade e, mais especificamente, no Programa de Assessoria aos Grupos de Convivência de Idosos e no Programa de Formação dos Dinamizadores (voluntários) que atuam nesses grupos.

O progressivo aumento da população idosa ao nível mundial e também ao nível de Brasil, vem exigindo a criação de políticas públicas e programas sociais, no sentido de assegurar e garantir ao indivíduo o exercício de seus direitos, bem como qualidade de vida em sua velhice.

Muitos autores têm procurado conceituar a velhice e analisar as modificações ocorridas nessa fase da vida, bem como as implicações delas decorrentes. Há um consenso de que a experiência do envelhecimento tem sido vivida de forma heterogênea, devido ao fato do Brasil ser um país de várias realidades sociais, econômicas, culturais, políticas, dentre outras.

Não obstante essa heterogeneidade, a velhice, como parte do desenvolvimento humano integral é uma fase da vida caracterizada em qualquer realidade, por mudanças de ordem bio-psico-social, que transformam e/ou alteram as relações do indivíduo com o meio, onde cada pessoa se desenvolve e vivencia esse processo de maneira única. Nessa perspectiva, nosso trabalho busca compreender a velhice como uma categoria com diversas dimensões: biológica, cronológica, social, ideológica, política, etc.

Diante desse quadro, crescem no Brasil, principalmente nos anos 90, as medidas e programas voltados à assistência e promoção do idoso, através da articulação de comunidades, Igreja, Estado, organizações privadas, dentre outros organismos.

É nossa intenção, portanto, tematizar, aqui, nossa vivência enquanto estagiária nos grupos de convivência de idosos assessorados pela Ação Social Arquidiocesana.

Esses grupos realizam reuniões semanais no salão paroquial durante toda a tarde a fim de desenvolver diversas atividades como trabalhos manuais, palestras, dança, canto, bingos, conversas, etc. e contam com o trabalho de voluntários, reconhecidos pela ASA como elementos propulsores de atividades com pessoas da terceira idade. Esses voluntários participam dos Cursos de Formação, desenvolvidos pela instituição tem a finalidade de capacitá-los para um melhor atendimento ao idoso.

Desde o início de nossa vivência, chamava-nos a atenção a relação existente entre idoso e voluntário. O que observávamos eram situações perpassadas por atitudes autoritárias e/ou paternalistas por parte dos voluntários, que centralizavam o poder e negavam ao idoso um espaço de expressão e participação mais ativa. Os idosos, por sua vez, demonstravam passividade frente a essa situação. Estavam presentes, mas não exerciam seu direito de participar do grupo.

Foi com base nessa reflexão que desenvolvemos nosso estágio, encontrando muitas dificuldades para realizar nossa intencionalidade, quer dizer, de tornar o grupo de convivência de idosos um espaço de possibilidades, onde idoso e voluntário pudessem participar autenticamente, numa relação de complementariedade, satisfazer suas necessidades existenciais, conhecer seus direitos e ter uma vida com mais qualidade.

Mesmo atuando nos grupos, eram percebidas cada vez mais, as relações autoritárias e/ou paternalistas dos voluntários com os participantes e a compreensão deste fenômeno foi-nos interessando, justamente porque nossa prática profissional está inserida nele.

Aos poucos, tanto a Assessoria ao Grupos quanto os Cursos de Formação foram incluindo a discussão sobre essa relação e sobre o papel do idoso e do voluntário, pois nas visitas aos demais grupos da Arquidiocese, esse fenômeno também foi sendo percebido.

Essa percepção justificou a escolha do tema, já que o mesmo não havia sido discutido anteriormente, e por ser uma demanda fundamental para o Serviço Social nesse momento e nesse contexto.

Por isso, definimos que a análise-compreensiva dessa temática seria realizada a partir de três categorias teóricas: a Participação proposta por Woytilla (1982), Bordenave (1985) e Demo (1993); Qualidade de Vida, enquanto satisfação das necessidades existenciais do homem, sustentada em Neef (1986) e, por último, a Cidadania, por acreditarmos que o sujeito que participa e possui uma vida com qualidade se faz cidadão, com base em Spink (1994) e Gueiros (1991). Além disso, utilizamos o fundamento teórico-metodológico proposto pela professora Anna Augusta de Almeida, denominada Metodologia Dialógica, centrada em três categorias: Diálogo, Pessoa e Transformação.

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, adotamos como referência a pesquisa qualitativa que “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.” (Chizzotti, 1991, p. 79)

As reuniões dos Grupos de Convivência de Idosos Utopia e Amizade eram relatadas no diário de campo, onde estão descritas as situações que surgiam e as

falas dos sujeitos envolvidos. Assim, destacamos alguns recortes dessas vivências na intenção de desvelar os sentidos da relação idoso e voluntário nos grupos acompanhados e avaliar o projeto da instituição.

Além disso, no decorrer de nossa prática de estágio, percebemos que havia uma maior participação de mulheres nos grupos de convivência, sendo mínimo o número de homens que participam desse espaço. Esse fenômeno também se manifestava nos dois grupos de convivência que acompanhamos, existindo uma considerável parcela de mulheres viúvas, separadas e solteiras. Mesmo aquelas que possuem ainda seus companheiros participam sozinhas dos grupos. Existem, ainda, nas paróquias onde se reúnem os grupos, outros homens - casados, viúvos e separados - que têm a informação sobre o Grupo de Convivência de Idosos, mas que não participam dele.

Por entendermos o Grupo de Convivência de Idosos como um espaço significativo de participação, integração e reconhecimento do idoso, em que podem ser trabalhadas as possibilidades de participação e atuação na sociedade, indagamos o motivo da não participação dos homens nesses espaços.

Parte daí nosso propósito de compreender os motivos da não participação dos homens nos grupos de convivência de idosos, mesmo porque não encontramos nenhum estudo a esse respeito. É interessante colocar, ainda, que a grande parte dos estudos realizados abordando a participação na velhice, contempla apenas o universo feminino. Sendo assim, consideramos importante que a participação dos homens se tornasse objeto de nossa compreensão.

Embora a maioria dos grupos de convivência de idosos sejam formados exclusivamente por mulheres, há aqueles em que também encontramos homens participando. Por isso, procuramos também compreender os motivos e significados da participação dos homens nos grupos de convivência de idosos.

Esse estudo atingiu três homens que não participam de grupos de convivência de idosos, dois moradores das comunidade da Coloninha, um da comunidade do Saco Grande I e outros três homens que participam do Grupo da Saudade, em Biguaçu e do Grupo São Pedro, na Costeira do Pirajubaé.

Como instrumento, utilizamos a entrevista não-estruturada, também chamada de entrevista “aberta” em que o entrevistador elabora um roteiro que serve de orientação, de baliza e não de cerceamento da fala dos entrevistados (Minayo, 1993).

As entrevistas com os homens que não participam dos grupos de convivência foram marcadas através de suas esposas e aconteceram na residência destas. Para realização dessa etapa do estudo, encontramos alguns limites, pois as mulheres que participam dos grupos de idosos não se dispuseram a indicar seus maridos e/ou conhecidos e também porque os homens que foram indicados não aceitaram a entrevista.

Os homens que participam foram entrevistados durante a reunião do próprio grupo. Foram realizadas outras entrevistas nos Grupos da Saudade e São Pedro, porém, como nosso limite era a disponibilidade de tempo, optamos por apresentar apenas três entrevistas, por considerá-las mais significativas.

Após a apresentação da estagiária e da finalidade deste trabalho, pedimos a permissão dos entrevistados para que suas falas fossem gravadas e depois transcritas. A interpretação das falas pautou-se no referencial teórico elucidado e na metodologia dialógica.

Nesse sentido, nosso trabalho foi desenvolvido dentro de três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos nossa compreensão sobre o processo de envelhecimento e sobre as transformações ocorridas nessa fase da vida. Dentro desse contexto, abordamos o grupo de convivência de idosos como um projeto de vida na velhice, conceituando, em seguida, as categorias teóricas delimitadas para compreensão de nosso objeto de estudo.

O segundo capítulo parte para a compreensão da situação problematizada nos grupos de convivência de idosos por nós acompanhados: a relação idoso e voluntário, desvelando o seu sentido e analisando o projeto do Serviço Social e a qualidade da participação existente nesse universo.

No terceiro capítulo, propomo-nos tematizar a participação dos homens e os significados atribuídos pelos mesmos aos grupos de convivência de idosos.

Por fim, apresentamos as considerações finais e sugestões que nosso trabalho permitiu chegar, bem como a bibliografia consultada.

CAPÍTULO 1

VELHICE: (RE)CONSTRUINDO SENTIDOS DE VIDA

1.1 - O processo de envelhecimento - considerações gerais

A velhice, enquanto um produto histórico-cultural, se inscreve atualmente, na pauta de diversos segmentos da sociedade, recebendo a atenção de profissionais, organizações governamentais e não-governamentais.

O crescente aumento da população idosa vem exigindo a criação de políticas e programas sociais que proponham a garantia da qualidade de vida e das condições para que o idoso participe da sociedade e das decisões que lhe digam respeito.

Entre as diversas facetas que o fenômeno apresenta, é nossa intenção compreender, neste primeiro momento de nosso trabalho, o processo de envelhecimento, um tema que traz à tona a questão da participação, da qualidade de vida e da cidadania, enquanto categorias do conhecimento.

Nos últimos anos, particularmente a partir dos anos 80, o envelhecimento vem se destacando, tornando-se foco de atenção de vários profissionais, instituições sociais, campos de estudos, pesquisas e políticas públicas.

Em 04 de janeiro de 1994, foi aprovada a Lei 8.842, que instituiu a Política Nacional do Idoso¹, que “tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” por meio do acesso a bens e serviços voltados para esse propósito.

Além disso, a Constituição Federal Brasileira, de 1988 (1996, p. 104), determina que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Isso significa, segundo Debert (1996, p. 35), que a velhice foi sendo progressivamente socializada, deixando de ser considerada como uma questão apenas da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas para transformar-se em uma questão pública².

De acordo com a autora,

“hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, o idoso é um ator que não está mais ausente do conjunto de discursos produzidos, tanto no contexto brasileiro contemporâneo quanto naqueles de capitalismo avançado” (Debert, 1992, p. 13).

¹ - De acordo com Borges (1997), somente em 03 de junho de 1996 foi regulamentada a Lei 8842/94, através do decreto 1948/96, que resultou na criação do Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso e que definiu a competência do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Nacional de Seguridade Social.

² - Que vem despertando a atenção do mundo acadêmico no sentido de compreender o cotidiano do envelhecimento, dos meios de comunicação manifestado pelo tratamento da mídia e a abertura em organizações privadas, agências e entidades governamentais e não-governamentais (Born, 1992; Debert 1996).

Podemos dizer que a questão do idoso vem adquirindo relevância no contexto da sociedade em âmbito internacional, porque, atualmente, temos o conhecimento de que a população mundial e, particularmente, a brasileira, passa por um processo de envelhecimento rápido e acentuado. Os progressos científicos e tecnológicos vem, cada vez mais promovendo a longevidade do ser humano, diminuindo as taxas de fecundidade e de mortalidade, o que significa uma diminuição no número de jovens e um aumento da população idosa.

Segundo o levantamento da população, de 1996 (IBGE, 1996), o grupo de idosos de 65 anos e mais, seguiu sua lenta trajetória ascendente de 4,83% em 1991 contra 5,37% em 1996. Na Região Sul, esse índice cresceu de 4,97% em 1991 para 5,63% em 1996.

O último censo demográfico de Santa Catarina (IBGE, 1991) informou que a população com mais de 60 anos de idade, no estado, é de 304.816 habitantes. Na cidade de Florianópolis, 18.656 pessoas têm 60 ou mais anos de idade, sendo que, destes, 11.033 são mulheres e 7.623 são homens.

“As pessoas com mais de 60 anos de idade são atualmente o grupo etário que mais cresce no mundo, devendo atingir, no ano 2000, 600 milhões - o dobro das que viviam meio século antes. Em 2025, calcula-se que o mesmo grupo crescerá muito mais, dado este inquietante do ponto de vista econômico e social” (Monteiro, 1995, p. 438).

Já se sabe que o envelhecimento trará consequências múltiplas, pois a expectativa de vida vai aumentar ainda mais em nosso país, onde grande parte da população vive “em situação de absoluta ou relativa marginalidade econômica, social, política, cultural e educacional. E é diante desse quadro que se encontra a maioria dos cidadãos idosos brasileiros, onde 87% são aposentados ou pensionistas, recebem entre 1 a 3 salários mínimos” (Loyola, 1995, p. 444).

Na medida em que nos propomos compreender a velhice na sociedade atual, faz-se necessário, primeiramente, conceituá-la e analisar os aspectos que permeiam o universo da pessoa idosa.

Conforme Salgado (1982, p. 26), “definir ou conceituar a velhice é o ponto primeiro para reflexão de qualquer trabalhador que pretenda atuar no setor; para tanto, na análise de um grupo de idosos, devem-se levar em conta os múltiplos e diferentes critérios que incidem sobre a situação, e que são freqüentemente usados na caracterização do que é velhice”.

Sendo assim, procuramos conhecer como a velhice é conceituada e entendida segundo alguns autores:

“ (...) propomos seja a velhice entendida como uma etapa da vida na qual, em decorrência da alta idade cronológica, ocorrem modificações de ordem biopsicossocial que afetam a relação do indivíduo com o meio” (Salgado, 1982, p. 29).

Tal entendimento nos mostra como a velhice é um fenômeno para além das modificações biológicas e físicas, que se manifesta também nas relações sociais do idoso. Muito mais que uma etapa da vida, entendemos o envelhecimento enquanto um processo, como nos diz Fraiman (1991, p. 15):

“O envelhecer é um processo de modificação, que se desenrola, tanto na área biofisiológica como na área psico-social. O envelhecer é, então, não somente um ‘momento’ na vida de um indivíduo, mas um ‘processo’ extremamente complexo, que tem implicações tanto para a pessoa que o vivencia, como para a sociedade que o assiste, suporta ou promove.”

Para Salgado (1982), existem na literatura conceituações que apresentam a velhice, de maneira geral, relacionada com uma idéia de tempo de vida, em que se toma como base a expectativa média de vida da população. “Dessa forma, todos aqueles que se aproximam da idade estabelecida como limite médio são velhos”.

A esse respeito, Neri (1992, p. 08), afirma que

“A demarcação da vida humana por idades, anos de vida ou etapas é um artifício cultural, uma invenção social que cumpre o papel de estabelecer parâmetros para as normas de status e papéis, as relações interpessoais e os processos de socialização”.

A fim de complementar esse pensamento, Fraiman (1991, p. 15-16) escreve:

“Diferenças de idade regulam as relações entre indivíduos e grupos, em todas as sociedades, na maior parte das vezes desconsiderando diferenças individuais. A idade conglomeram e homogeneiza grandes classes de indivíduos, submetendo-os às normas e ditames sociais que, se por um lado, os beneficiam, por outro, os estigmatizam, se é que também não os prejudicam, justamente por enquadrar o indivíduo em uma categoria e desconsiderá-lo como pessoa, em qualquer idade”.

Com relação às considerações anteriores, tomamos, aqui, outras definições de idoso. Segundo a ONU e a OMS, a pessoa idosa é toda aquela com idade a partir dos 60 anos para os países do Primeiro Mundo, enquanto que a Constituição Federal Brasileira, de 1988, considera idoso todo cidadão maior de 65 anos. Esse critério cronológico está referido à idade da aposentadoria que é um outro fator que representa, para alguns indivíduos, o marco de ingresso do cidadão na velhice.

Não podemos pensar a velhice apenas a partir de um único aspecto; por isso, torna-se indispensável apresentar, aqui, uma afirmação muito presente entre aqueles que discutem a questão da velhice: “a velhice é um fenômeno heterogêneo³”.

Devido ao fato do Brasil ser um país de várias realidades sociais, a condição social do idoso não é a mesma em todas as regiões, o que aponta “a heterogeneidade das formas por meio das quais a experiência do envelhecimento tem sido vivida” (Debert, 1996).

³ - As diversas classes sociais, etnias, regiões e heranças culturais existentes em nosso país, conduzem os idosos a viver de forma diferenciada sua velhice, que é no fundo o retrato da reprodução e ampliação das desigualdades sociais (Haddad, 1993; Fraiman, 1991).

Portanto, devemos deixar claro que, ao falarmos de “média de vida”, é necessário estarmos atentos, a fim de não encobrir situações econômicas, culturais, sociais, profissionais, entre outras (Fraiman, 1991).

A propósito, gostaríamos de mencionar, aqui, o trabalho de Haddad⁴. A autora procura nele conhecer a produção do sistema de representações criadas sobre a velhice, presentes nos discursos da Gerontologia e Geriatria, do Estado e dos programas do SESC. Na crítica realizada a respeito dessas instituições, Haddad (1986, p. 27) questiona a “ausência de unanimidade sobre o que é ser velho”.

Também com relação a essa questão, Debert (1996) vai dizer que há dois discursos na Gerontologia⁵, que pensam a velhice de modos antagônicos. Um calcado nos estereótipos negativos da velhice, vista como processo contínuo de perdas, retraimento devido à doença e à pobreza, período de dependência e passividade. Discurso que serviu para a legitimação de políticas públicas, na medida em que vê o idoso como um indivíduo isolado, doente e abandonado pela família e pelo Estado.

E um segundo modo, a inversão dessa representação, que atribui novos significados para essa etapa da vida - tempo de busca do prazer, da satisfação e

⁴ - HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez, 1986.

⁵ - Fraiman (1991, p. 20) compreende a gerontologia como uma confluência de diferentes disciplinas e ciências sociais, médicas, psicológicas, arquitetura, economia e ecologia, que organizam um corpo de conhecimentos aplicados aos problemas da velhice. A autora assim define a Gerontologia: “... uma ciência multidisciplinar e predominantemente orientada para o social. A gerontologia social se propõe a rever aspectos, que se referem também a situações familiares, satisfação vivencial, problemas de aposentadoria, habitação, institucionalização, etc.”

realização pessoal, para explorar projetos abandonados e novas relações com o mundo da juventude e/ou da velhice. Um discurso que vê a experiência do envelhecimento como algo gratificante, empenhado em reverter os estereótipos negativos da velhice e que, de forma extrema, tende a rejeitar a mesma.

Dessa forma, conforme já explicitado, acreditamos que, pelo fato de ser a velhice um fenômeno heterogêneo, “não se pode falar da existência de uma só imagem de velho e velhice nem se pode esperar coerência entre escolas, livros e mídia impressa e eletrônica”, quer dizer, nesse âmbito, é compreensível que exista a negação e a exaltação, a aceitação e a rejeição, a naturalidade e o artificialismo (Neri, 1992).

Conforme apresentamos até o momento, podemos compreender a velhice como parte do desenvolvimento humano integral, uma fase da vida caracterizada por muitas mudanças de ordem bio-psico-social, que transformam e/ou afetam as relações do indivíduo com o meio social.

Embora já tenhamos explicitado o fato de ser a velhice uma experiência heterogênea, e que não significa apenas declínio, não podemos negar que o velho sofre várias perdas, físicas e afetivas, de forma mais intensa que em outras idades.

De acordo com Fraiman (1991, p. 26),

“a velhice difere de outras categorias etárias basicamente no que se refere a: inúmeras perdas de relacionamentos

significativos (por afastamento ou por morte); profundas modificações familiares (ausência dos próprios pais, quiçá do cônjuge) e novas famílias constituídas pelos filhos; dificuldade quanto ao mercado de trabalho ou opção por uma segunda carreira, especialmente sob um sistema coercitivo de aposentadoria e subempregos; batalha contínua contra doenças crônicas e perdas orgânicas; proximidade da morte, ameaça à sexualidade, inteligência e integridade.”

Nesse sentido, “a categoria do ser idoso constitui-se sobre uma base física, biodemográfica, que interage com a sociedade e o indivíduo em todas as suas dimensões: econômica, social, cultural, política, jurídica, psíquica e ideológica” (Magalhães, 1991). Tal compreensão nos leva à afirmação de que a velhice é um produto histórico-cultural, ou seja, uma categoria social (Bosi, 1994).

Entretanto, salientamos que cada pessoa desenvolve e vivencia esse processo de maneira única, não sendo o envelhecimento uma situação homogeneizante.

Ainda assim, grande parte dos autores que desenvolvem trabalhos sobre a velhice defendem que, na sociedade moderna, a condição do idoso é de marginalização e rejeição, pois a sociedade industrial baseia-se na produção e consumo; por isso, o valor que atribui a uma pessoa mede-se pela sua capacidade de produzir e consumir. Além disso, todo o movimento da sociedade moderna se dirige no sentido da utilidade e eficiência, da força, da juventude e beleza, tão exaltadas pela mídia.

Citando Bosi (1994, p. 77), “a sociedade industrial é maléfica para a velhice. (...) A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência a sua obra. Perdendo a força do trabalho, ele já não é produto nem reproduzidor.”

Com a valorização do trabalho na sociedade capitalista, o ser humano passou a ser reconhecido socialmente, muito mais pelos seus ganhos materiais do que pelo que representa, enquanto portador de valores e sentimentos. Isso demonstra que “o sujeito é visto a partir do seu papel ocupacional, local de desempenho e do poder aquisitivo decorrente do mesmo. O mais importante passou a ser o que o homem tem e não o que ele é” (Zanelli, 1996, p. 57).

É imprescindível salientar que as relações e condições capitalistas de trabalho tomam o trabalhador como objeto de poder e produção, este só tem valor enquanto corpo produtivo, corpo disciplinado e penalizado em suas capacidades físicas, mentais e intelectuais, visto como coisa e não como sujeito de direitos (Rosa, 1992). Portanto, agora, ser velho é ser descartável, supérfluo, é força de trabalho improdutiva, ou seja, não tem mais vitalidade para o sistema econômico.

Entretanto, para Salgado (1982), independentemente da qualidade do trabalho, devemos levar em conta que ele proporciona relacionamentos interpessoais, troca de experiências humanas, identificação com uma causa, participação, etc. Para o autor, o trabalho representa valor, prestígio, poder ou identidade social, favorecendo o equilíbrio do homem.

Essa intenção de refletir a centralidade do trabalho na vida humana nos leva no próximo item, à abordagem da aposentadoria, questão amplamente discutida no estudo do processo de envelhecimento.

1.2 - Velhice e aposentadoria

Alguns especialistas entendem o trabalho como uma terapia para o homem, principalmente após a aposentadoria. Uma forma de garantir o sentido da vida, de acabar com o tédio ou como um enfrentamento à progressiva chegada da morte (Haddad, 1986).

A autora coloca-se contra essa posição, defendendo que o trabalho não pode dar sentido ao final da vida, uma vez que, durante toda sua vida, o homem foi alienado pelo trabalho. Entende que o saber geriátrico e gerontológico, ao propor o trabalho como uma terapia para o envelhecimento, desconsidera a questão da exploração da mão-de-obra.

Além disso, afirma que, se o trabalhador aposentado é forçado a tentar ingressar novamente no processo produtivo, isso se deve às condições precárias de sobrevivência em que se encontra e não porque se realize através do trabalho, buscando-o apenas para manter-se vivo. A depressão, presente após a aposentadoria, é entendida por Haddad (1986, p. 48) como “expressão das condições materiais de vida (...). O aposentado não consegue viver sem o

trabalho que o anulou a vida inteira: sente-se deprimido, quando é retirado do processo de produção”.

Consideramos importante a preocupação da autora, contudo, em nossa compreensão, o trabalho a que se referem os especialistas, e que se constitui no centro da vida de alguns indivíduos, não é exclusivamente a ação econômica cujo fim seja o lucro. A necessidade de continuar a ter um trabalho, o vazio que a aposentadoria acarreta para alguns idosos significa um apelo existencial do homem, que precisa continuar a “ser com o outro”, estar na relação e, assim, realizar-se como ser cujo potencial quer ter reconhecido e valorizado.

Salgado (1982) adverte que a perda do trabalho pode trazer algumas conseqüências para o indivíduo. Porém, ressalta que as mesmas são variáveis de grupo para grupo social, da natureza do trabalho e de outros valores existenciais desenvolvidos pelas pessoas. Lembra, também, que há diferenças a partir do sexo; “parece que a perda do trabalho é significativamente mais danosa para o homem”.

Segundo Magalhães (1989, p. 31), tanto os homens como as mulheres que trabalham são atingidos pelo isolamento, “uma vez que as estruturas de sociabilidade estão centradas no trabalho, na família e, secundariamente, nas relações de vizinhança”.

Entretanto, salienta que “não são idênticas as perdas sofridas pelo homem e pela mulher, ao menos nessa fase em que a mulher continua

preponderantemente ligada ao trabalho doméstico”, enquanto o homem, preparado para o mercado, perde essa relação.

De acordo com Haddad (1993), o fim da vida é um fenômeno ligado ao modo pelo qual a sociedade capitalista explora a força de trabalho, condenando o trabalhador a uma antecipação da depreciação de sua capacidade de labor e a uma depreciação social.

Devido à depreciação do valor dos proventos nas últimas décadas, os aposentados e pensionistas brasileiros vêm lutando para adquirir um espaço de representatividade, a fim de defender seus interesses. Dessa forma, expandem-se, a partir da década de 80, associações e federações de aposentados e pensionistas no sentido de iniciar um embate com o poder público, como forma de resistir à política previdenciária.

Podemos destacar que o fortalecimento desse movimento deu-se, principalmente, no momento histórico de transição das forças políticas, durante o período de conquistas da Constituição Federal Brasileira de 1988 e, também, após sua promulgação, em 1991, na luta pelo recebimento dos 147% de reajuste dos proventos.

Desde a década de 20, quando foram criadas as CAPs⁶, até os dias atuais, a questão previdenciária foi-se gestando entre ganhos e perdas, sendo palco de

⁶ - Caixas de Aposentadoria e Pensão, que asseguravam aos ferroviários a cobertura previdenciária por velhice, invalidez ou tempo de serviço e que, paulatinamente, foi se modificando e estendendo aos demais trabalhadores (Haddad, 1993).

diferentes interesses políticos e partidários, corrupção e fraudes, cenário de luta pelo direito à vida e a uma velhice melhor.

Assim, foi se colocando o Movimento de Aposentados e Pensionistas: questionando o modelo econômico, a centralização da previdência na mão do Estado, e clamando pelo cumprimento da Constituição Federal de 1988. Porém, hoje, mais uma questão ganha destaque nas instituições públicas e privadas e, também, na mídia: a reforma da Previdência, que muda as regras da aposentadoria, assustando muitos trabalhadores, que temem a possibilidade de terem que trabalhar por muito mais tempo para atender os novos requisitos.

Em grande parte das bibliografias pesquisadas, observamos que a idéia de velhice se associa ao tempo da aposentadoria. Geralmente, essa etapa da vida é encarada de duas maneiras: como tempo de perdas ou como um tempo privilegiado.

Do primeiro ponto de vista, o tempo da aposentadoria é encarado e vivido como um momento de exclusão, perdas, vazios e dependência, embora seja sonhado como um tempo de lazer, desenvolvimento pessoal, fruição da família, liberação do trabalho, etc. Esses acontecimentos acabam trazendo ao idoso sentimentos de inutilidade, tornando-os fechados a inovações, supondo-se incapazes de realizar novas atividades, perdendo qualquer expectativa para mudar o estado das coisas.

A aposentadoria é considerada, historicamente, como um direito social do trabalhador, que contribuiu, obrigatoriamente para o Sistema de Previdência, durante seu período de trabalho.

Ao mesmo tempo, com a progressiva elevação da expectativa média de vida da população, tornou-se necessária a substituição das gerações trabalhadoras mais velhas pelas gerações mais jovens. O sistema tornou-se, então, uma forma de se produzir a rotatividade no trabalho, pela troca de gerações, permitindo aos jovens o acesso a uma atividade remunerada (Salgado, 1982).

Enquanto direito, a aposentadoria deveria assegurar aos “inativos” uma renda permanente para a manutenção do nível de vida, garantindo-lhes o atendimento das necessidades individuais e familiares, e proporcionando-lhes segurança. No entanto, a constante depreciação de seu valor, o não cumprimento das leis e a dificuldade de complementar a renda com um outro trabalho remunerado acaba configurando-a como um período de empobrecimento.

Em síntese, essa primeira visão sobre a aposentadoria toma-a como tempo de morte-social, porque tira o valor social/pessoal; porque é tempo de ficar à toa, sem reconhecimento e função, dependendo da família e do Estado.

O abandono do trabalho pode ser sinônimo de declínio do status social, na medida em que representa a perda de uma função social, perda do reconhecimento social existente e estreitamento das relações de caráter afetivo, construídas no ambiente de trabalho, altera o status econômico e modifica o

status familiar. A volta ao lar pode proporcionar a acolhida ou a rejeição ao aposentado, conforme a qualidade do seu relacionamento com a família (Fraiman, 1991).

Como já foi mencionado, na segunda posição, a aposentadoria é reconhecida como um tempo de liberdade do trabalho, usufruto da família, lazer, resgate e desenvolvimento pessoal e de planos e atividades não realizadas anteriormente.

De acordo com Debert (1996), as mudanças no sistema produtivo e os novos padrões de aposentadoria ampliaram as camadas médias assalariadas, englobando entre os aposentados um contingente cada vez mais jovem da população.

Surgem, então, etapas intermediárias entre a vida adulta e a velhice, denominada “meia idade” ou “aposentadoria ativa”. Esses estágios são propícios para a satisfação pessoal, o prazer e a realização de sonhos adiados em outras etapas da vida. A aposentadoria, aqui, deixa de ser um marco a indicar a passagem para a velhice, e os aposentados não são considerados o setor mais desprivilegiado da sociedade.

“(...) Estudos comparativos sobre renda, grupos etários e ciclo de vida, nas sociedades ocidentais contemporâneas rediscutem a idéia de que a pauperização caracteriza a experiência de aposentadoria, especialmente nos momentos em que o desemprego ou o subemprego atingem os mais velhos, direitos

sociais dos quais é excluída a população em outras faixas etárias, sobretudo os jovens” (Debert, 1996, p. 37).

Essa transformação da velhice em um momento privilegiado para a realização pessoal, acabam dando um novo significado à experiência do envelhecimento, exigindo, também, uma reformulação do discurso gerontológico, empenhado em denunciar a indiferença com que o idoso é tratado.

Além dessas transformações de ordem social que caracterizam a velhice, o idoso sofre, ainda, outras mudanças decorrentes das relações familiares, como veremos no item a seguir.

1.3 - Velhice e relações familiares

Na velhice, há uma tendência para o enfraquecimento do papel do idoso na família. As funções de chefe de família, de manutenção, controle da casa e educação dos filhos diminuem, principalmente com a liberação dos filhos e a redução do grupo familiar.

Oliveira (1989, p. 15) defende que, tradicionalmente, a família tem sido de importância fundamental para o bem estar das pessoas no mundo subdesenvolvido:

“Os recursos limitados fornecidos pelo governo para a aposentadoria e programas de assistência social têm

incentivado essa dependência da família para apoio moral e econômico dos velhos, o que pode tornar mais importante a variável 'família' para o bem-estar em geral”.

No entanto, para Born (1992), o Brasil encontra-se diante de uma grande preocupação: como equacionar os problemas decorrentes do envelhecimento, se todos os problemas básicos da população não foram resolvidos? No cenário de exclusão em que vivemos, a família, “esperança de apoio em caso de necessidade”, vê, muitas vezes, nos pais idosos uma possibilidade de ajuda, na medida em que estes têm assegurada uma pensão ou aposentadoria mensal. Já nas famílias com melhores condições de vida, o problema deve-se ao encargo que representa o cuidado com um idoso necessitado de assistência prolongada.

Um outro aspecto relevante nas relações familiares são os conflitos de gerações e o despreparo das famílias para o apoio a seus velhos. De um lado, aumentou a expectativa média de vida da população, de modo que as famílias podem conviver com três ou quatro gerações. De outro, estão a industrialização, as transformações tecnológicas que enfraqueceram as instituições tradicionais; a saída dos filhos jovens e adultos, por conta do trabalho e pelo desejo de independência, e a diversidade cultural entre as gerações, que representam para o idoso uma ameaça.

Além disso, Bosi (1994, p. 78) nos descreve uma situação constante no relacionamento dos familiares com os velhos:

“A moral oficial prega o respeito ao velho, mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada, mas firmemente, dos postos de direção. Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo. Veja-se no interior nas famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados para ‘seu próprio bem’. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes, ‘administrando’ sua aposentadoria, obrigando-os a saírem de seu canto, a mudar de casa (experiência terrível para o velho) e, por fim, submetendo-os à internação hospitalar.”

No entanto, Debert (1992) ressalta que estudos que procuraram medir a intensidade das relações dos idosos com a família e o convívio intergeracional na família mostram que a distância física não implica necessariamente contatos menos afetivos e ausência de ajuda e troca de favores entre as gerações.

A perda de papéis familiares, combinados à vida doméstica e ao mercado, contribui para o afastamento das gerações, a hostilidade, o descaso, atingindo idosos de ambos os sexos. Porém, há aqueles que pelo prestígio, poder e riqueza recebem referências públicas, encobrimdo a situação de idosos, vivendo no anonimato em casas/apartamentos ou nos asilos, albergues, hospitais gerais e geriátricos (Magalhães, 1989).

Segundo Berquó (1996, p. 31),

“a situação familiar das pessoas, nessa fase da vida, reflete o efeito acumulado de eventos sócio-econômico-demográficos e de saúde ocorridos em etapas anteriores do ciclo vital. O tamanho da prole, a mortalidade diferencial, o celibato, a viuvez, as separações, os recasamentos e as migrações vão conformando, ao longo do tempo, distintos tipos de arranjos familiares e

domésticos, os quais, com o passar da idade, adquirem características específicas, que podem colocar o idoso, do ponto de vista emocional e material, em situação de segurança ou de vulnerabilidade.”

A autora apresenta, em seu artigo, os dados censitários de 1991, da Fundação IBGE, a respeito do estado conjugal da população idosa e da estrutura familiar ou doméstica em que estão inseridos os idosos. Destacamos, então, os seguintes pontos:

- há um elevadíssimo contingente de viúvas em contraste com o alto percentual de homens casados. As diferenças por sexo quanto ao status marital deve-se à maior longevidade das mulheres e às normas sociais e culturais (homens se casam com mulheres mais jovens que eles e o recasamento para os idosos é maior);
- há, também, um predomínio de mulheres descasadas, pois são menores as oportunidades de um recasamento para as idosas;
- a maior parte dos homens de 65 anos e mais encontram-se chefiando uma família com esposa, com ou sem filhos;
- há mais mulheres chefiando uma família com filhos ou com outros parentes, ou morando sozinhas;
- para o homem, a idade parece não constituir em obstáculo a um recasamento em caso de viuvez ou divórcio; ao contrário, parecem preferir reconstruir

sua própria família via novas uniões. Porém, caso isso não aconteça, acomodam-se melhor morando com os filhos ou com outros parentes.

O recasamento pode não ocorrer, quando os familiares são contra um novo relacionamento dos pais idosos. Segundo Fraiman (1991), esse episódio pode estar ligado a questões de dinheiro e herança, porque o idoso vai deixar de ser “a babá” dos netos, ou porque o filho quer o trabalho do pai em sua casa. Porém, acreditamos que essa questão está muito mais ligada a um dado cultural nosso, ou seja, é comum acharmos ridículo um novo casamento, principalmente para as mulheres.

Haddad (1986) acredita que a geriatria e a gerontologia, ao procurarem atingir a família, buscando sensibilizá-la, vigiá-la, assisti-la, protegê-la, para que não falhe com os velhos, estão incentivando-a a assumir o papel de protetora da velhice a serviço do Estado.

Apesar de não concordarmos inteiramente com essa opinião, por entendermos a família como uma preocupação e um suporte social, devemos considerar que todo o discurso neoliberal e de desmonte do Estado de Bem-estar Social podem realmente desejar que a família assuma a responsabilidade com o idoso, combatendo, assim, o asilamento e o ônus que o crescente número de velhos representa ao Estado.

Diante do exposto até o momento, podemos perceber que o envelhecimento apresenta várias dimensões: biológica, cronológica, social, ideológica, política e pode ser vivido de diferentes maneiras.

Face aos problemas levantados, alguns autores defendem que o idoso pode sofrer “uma inadaptação”, sentir-se à margem da sociedade, sendo objeto de preconceito desta, onde não encontra oportunidades para “participar” e são atingidos pelo “isolamento social”.

Por isso, procuraremos descrever, no próximo tópico, quando e onde começam a se constituírem novos espaços de participação para os idosos.

1.4 - Velhice e projeto de vida

A partir dos anos 60, e com mais intensidade nos anos 90, começam a desenvolver-se, no Brasil, medidas e programas de assistência e promoção do idoso, sendo sua tônica geral a tentativa de reverter o quadro dramático de tratamento da velhice. Oferece “um espaço em que a reformulação de padrões tradicionais de envelhecimento possam ser uma experiência coletiva” e participar deles ativamente seja viver uma nova etapa de vida (Debert, 1996).

Através de uma articulação de comunidades, Igreja, Estado, organizações privadas, “surgem denominações próprias como: grupos de idosos, grupos de

aposentados, associações de idosos, centros de convivência, clubes da maior idade” (Gomes, 1996, p. 12).

Esses programas, abertos a todos os idosos, mobilizam indivíduos com perfis sócio-econômicos distintos, que desenvolvem diversas atividades de acordo com os recursos disponíveis em cada instituição, e em função do público alvo, bem como do projeto dos coordenadores dos mesmos.

Nesse trabalho, destacamos os grupos de convivência que, segundo Salgado (1982, p. 112), “constituem, sem dúvida alguma, o modelo de serviço mais difundido e aceito em todo o mundo, por apresentar a resposta mais efetiva e imediata à questão fundamental da problemática do idoso”. Os grupos de convivência surgem como alternativa ao velho na satisfação de suas necessidades afetivas de socialização, de lazer e de atualização.

Para o autor, os idosos são atraídos aos grupos devido a sua proposta de ocupação do tempo livre com atividades nos campos cultural, intelectual, físico, manual e artístico, além de permitir a satisfação pessoal por meio do contato interpessoal e grupal.

Segundo o Ministério da Previdência, SAS - LBA (1994, p. 04) o grupo de convivência

“consiste no atendimento à pessoa idosa, mediante o desenvolvimento de atividades que favoreçam o convívio social, o fortalecimento de práticas associativas e produtivas, e o

exercício da cidadania, contribuindo para sua valorização e interação na família e na comunidade”.

Destacamos, aqui, a portaria n.º 25 de 09 de novembro de 1979, cuja proposta de assistência ao idoso apresentava os “grupos de idosos” com o objetivo de “elevar o nível de participação e de convivência social da clientela e prevenir as dificuldades decorrentes do envelhecimento”.

Primeiramente, gostaríamos de explicitar que a intenção prioritária dessas medidas governamentais era diminuir o custo hospitalar, elevadíssimo pelas inúmeras internações de idosos com doenças crônicas e em estado terminal. Então, é lançado esse trabalho na tentativa de melhorar a qualidade de vida do idoso, levá-lo à participação no grupo sem deslocar-se da comunidade e, conseqüentemente, a melhorar as relações familiares. O importante, porém, foi a conquista desse espaço, fazendo dele uma experiência que tivesse a qualidade de vida como grande intenção.

Os grupos de convivência têm, ainda, uma grande aceitação pela oportunidade que oferecem para o desenvolvimento da sociabilidade. Afirma Salgado (1982, p. 67) que

“A sociabilidade é inerente à condição humana, os convívios sociais são necessários ao homem de qualquer idade; daí o sucesso de um modelo de programa que já se desenvolve hoje, em quase todas as partes do mundo; intitula-se ‘clube de idosos’ e, acima de qualquer oferta de atividade, de qualquer realização que possa oferecer a seus idosos freqüentadores, favorece as relações interpessoais.”

O crescimento dos grupos de convivência de idosos tem promovido a redefinição de valores, atitudes e comportamentos entre os grupos mobilizados. Os centros que congregam os idosos ampliam suas redes de relações, aumentam o número de atividades desenvolvidas e redefinem papéis sociais, proporcionando uma experiência de envelhecimento mais positiva (Debert, 1992).

De fato, a defesa de uma velhice com qualidade de vida vem sendo o objetivo de diversos setores da sociedade compromissados com os idosos. A conhecida frase “devemos acrescentar vida aos anos e não anos à vida” propõe o prolongamento da vida humana com qualidade e com um sentido, um significado.

A garantia dessa qualidade se faz via políticas públicas de saúde, de assistência e previdência, de educação para o idoso, para a própria família e comunidade, ampliando os espaços de participação e conscientização, a fim de que o idoso e sua família realmente possam viver mais, com qualidade.

A esse respeito Bosi (1994, p. 80) nos diz que, “durante a velhice, deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo.”

Segundo a autora, se o homem chega à velhice, e se desespera com a falta de sentido de vida, é porque em todo o tempo o sentido de sua vida lhe foi roubado.

Levando em conta nosso propósito de compreender a participação dos homens idosos, faz-se necessário, então, tecer algumas considerações a respeito da questão do gênero na velhice.

1.5 - Velhice e gênero

Segundo Magalhães (1991, p. 07), “a velhice é também um fenômeno de sexo”. Atualmente, a maioria dos projetos ligados à terceira idade, no Brasil, como os grupos de convivência, são liderados e compostos por mulheres, enquanto as organizações de aposentados e pensionistas são formadas, em sua maior parte, por homens.

De acordo com o autor,

“aos homens, a tradição do mandonismo masculino e o predomínio nas atividades produtivas formais, exercidas no passado, asseguram a liderança dos movimentos pela aposentadoria digna e os serviços sociais de melhor qualidade. Por sua vez, as mulheres viúvas, divorciadas, separadas, solteiras, muitas libertas do mandonismo masculino, buscam nos grupos, clubes e outras formas de convivência realizar anseios de liberação social, sexual, cultural, mas de liberdade que lhes foram negadas pelos pais/maridos e até mesmo filhos. Ser mulher ou ser homem é condição fundamental para definir projetos”.(Magalhães, 1991, p. 08)

Como sabemos, no Brasil, os idosos representam um contingente fundamentalmente feminino, principalmente com relação às idades mais

avanzadas, constituído, em grande parte, por mulheres que já não contam mais com seus companheiros (Saad apud Debert, 1992).

Citando Magalhães (1991, p. 07), “são as mulheres que vivem mais e em maior número, como viúvas, descasadas ou solteiras, dependem do apoio familiar e institucional, já que as mulheres que já são velhas ou estão em processo de envelhecimento dedicavam-se, na maioria, a trabalhos domésticos não remunerados”, dependendo, hoje, de pensões, benefícios ou auxílios de maridos ou companheiros já falecidos.

Também Debert (1996, p. 40) vai afirmar que, nos programas destinados à terceira idade, “a participação masculina raramente ultrapassa os 20%, de forma que somos tentados a pensar que a terceira idade, no Brasil, é uma experiência essencialmente feminina”. Nesse sentido, a velhice é também uma questão de gênero.

Em seu trabalho a respeito da imagem masculina⁷, Buffon lança mão do conceito de gênero para referir-se às “diferentes participações de homens e mulheres nas instituições sociais, econômicas, políticas e religiosas, (que) incluem as atitudes, valores e expectativas que uma dada sociedade conceitualiza como femininos ou masculinos” (Lamas apud Buffon, 1992, p. 51).

⁷ - BUFFON, Roseli. Encontrando o homem sensível? Reconstruções da imagem masculina em um grupo de camadas médias intelectualizadas. Florianópolis, 1992. Cap.2. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

Em um outro trabalho, o conceito de gênero foi entendido como o “processo através do qual indivíduos que nasceram em categorias biológicas de machos ou fêmeas tornam-se categorias sociais de mulheres e homens pela aquisição de atributos de masculinidade e feminilidade, definidos localmente.” (Kabeer apud Almeida, 1995, p. 15).

Os estudos antropológicos já mostraram como as diferenças entre o masculino e o feminino variam de cultura para cultura, não derivando, portanto, de determinantes biológicos. O pioneiro estudo realizado por Margareth Mead, na década de 30, procurou apontar que as diferenças entre os sexos “são apenas um ‘ponto de partida’, um suporte, através do qual cada cultura elabora simbolicamente o significado do masculino e feminino” (Buffon, 1992, p. 56).

Assim, a perspectiva de uma “mulher universal”, simbolizada pela maternidade, com o papel natural da passividade, dependência e emocionalidade e, conseqüentemente, de um “homem universal” no papel de dominante e forte, deve ser abandonada. Existem, sim, homens e mulheres no plural.

O conceito de gênero implica considerar, ainda, o caráter das relações: “as noções do feminino e do masculino são construídas, em termos recíprocos, por homens e mulheres no interior das relações sociais cultural e historicamente localizadas” ou seja, são dinâmicas, possuem um caráter mutável e conjuntural (Buffon, 1992).

Podemos, ainda, citando Lamas (apud Buffon 1992, p. 58), dizer “que o que determina a identidade e o comportamento de gênero não é o sexo biológico, mas o fato de haver vivido desde o nascimento a experiência, ritos e costumes atribuídos a certo gênero”.

Por fim, Lamas (apud Buffon, 1992, p. 59) apresenta “o papel de gênero”, que seria “o conjunto de expectativas acerca dos comportamentos sociais apropriados para as pessoas que possuem um sexo determinado”.

Completando tal definição, o fenômeno conhecido como “papéis de gênero” pode ser entendido, como “modos de ser e de interagir como mulheres e homens, que são moldados pela história, ideologia, cultura, religião e pelo desenvolvimento econômico” (Brasil, 1995, p. 15). Esses papéis são aprendidos e diferem de acordo com a sociedade, com o lugar e com a época.

No contexto tradicional da sociedade brasileira, a família e o parentesco ocupam uma posição central na organização social. Nessa estrutura, o pai personaliza a autoridade doméstica, e a mãe é a referência moral do grupo familiar.

As relações de gênero estão relacionadas à noção de honra (ligada à expressão da sexualidade) e irão estipular comportamentos, atributos e papéis distintos para homens e mulheres.

Como modelo, a honra masculina vincula-se às qualidades de homem viril e agressivo e, ao mesmo tempo, provedor e protetor da honra familiar, detentor

da autoridade no âmbito doméstico. Dele, esperam-se condutas que evidenciem o comando, a força e a decisão.

Para corresponder a esse homem, existe a mulher pura, auto-sacrificada, representante e guardiã da moralidade familiar, cujas condutas devem ser o recato, a fidelidade, a obediência e a virgindade. Nesse modelo, sua existência social se dá apenas enquanto membro da família (mãe, esposa, filha, irmã, etc.). Entretanto, estamos tratando de um modelo em que as relações sociais concretas são reelaboradas a partir de suas próprias condições de vida.

Parte dessa questão já foi levantada no item anterior, quando Magalhães (1991) nos afirma que “ser mulher ou ser homem é condição fundamental para definir projetos”.

Concordamos com o “modelo” proposto por Buffon no que diz respeito aos idosos com os quais são desenvolvidos trabalhos nos grupos de convivência assessorados pela ASA. O contexto tradicional exposto é uma realidade vivenciada por aqueles que hoje fazem parte da terceira idade, embora com algumas mudanças, sobretudo com a crescente emancipação da mulher e as modificações a nível de estrutura familiar e tecnológicas.

Ainda com relação a essa discussão, tanto Fraiman (1991) quanto Brito da Motta (1996) colocam como os valores masculinos e femininos constroem o quadro da terceira idade:

- A mulher, durante toda a vida, dispõe de maior autonomia em casa, na ocupação de espaços e tempo; desenvolveu amizades e atividades dentro de casa e na vizinhança, bem como desenvolveu interesses generalizados, “um tempo pessoal/privado que pode ser transladado do doméstico para o comunitário ou cultural”. Além disso, demonstra estar menos resignada à velhice no que diz respeito à inatividade e descarte social.

- O homem, ao contrário, dispõe de maior autonomia no trabalho, sendo que a este dizem respeito seus interesses e relacionamentos sociais. “Como composição fundamental de grupos, quando se agregam fora dos joguinhos e das praças, reúnem-se em associações e federações de aposentados” (Brito da Motta, 1996, p. 11).

Encontramos também na dissertação de Clara Regina Bach de Oliveira⁸ um destaque para os trabalhos de Lins de Barros (1981) e Guita Debert (1988).

Lins de Barros, pesquisando o projeto de vida para a velhice de mulheres idosas no Rio de Janeiro, de camadas médias e atividades não-domésticas, observou que suas vidas foram redefinidas após morte do marido, aposentadoria ou outro momento crítico. Optaram por ações sociais junto à Igreja Católica, a fim de continuarem desenvolvendo atividades.

⁸ - OLIVEIRA, Clara Regina Bach de. “Eu fiz tudo para ser feliz...”: bem-estar entre velhos asilados e não-asilados em Florianópolis, SC. Florianópolis, 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

“As mulheres definiram seu bem-estar como a liberdade de pensar e agir de que desfrutam agora, em oposição ao passado de opressão vivida na juventude. Agora se sentem mais felizes, porque são donas de si” (Debert apud Oliveira, 1989, p. 14).

A pesquisa de Debert ressaltou a representação da velhice entre velhos da classe média e alta no Rio de Janeiro. Observou que homens e mulheres vêem a velhice de forma diferente, usando, também, diferentes mecanismos de resistência à idéia de ser velho além de ter como velho “o outro” (o pobre e o doente).

As idosas consideram que a velhice de hoje é melhor do que foi para suas mães e avós que, com a idade, viviam cada vez mais infelizes. Os homens, por sua vez, consideram que os velhos de antigamente tinham uma vivência privilegiada em relação aos velhos de hoje; eram mais respeitados.

Acreditamos, portanto, ter sido importante a contextualização dos aspectos que permeiam a terceira idade. Como nossa intenção, enquanto assistente social, é garantir ao idoso a vida plena, com sentido e qualidade, iremos abordar, no seguinte item a qualidade de vida, enquanto categoria teórica.

1.6 - Velhice e Qualidade de Vida

Tomaremos, neste estudo, o conceito de qualidade de vida fundamentado na compreensão de Max Neef. Segundo Neef (1986), as necessidades humanas

revelam o ser das pessoas em duas condições existenciais: como carência e potencialidade.

Conceber as necessidades humanas somente como carência seria uma restrição. As necessidades comprometem, motivam e mobilizam as pessoas; por isso, são também potencialidades.

Compreender as necessidades humanas não significa apenas analisar as oportunidades que a sociedade põe à disposição dos grupos e pessoas para sua satisfação. Implica também examinar o quanto essa sociedade reprime, tolera ou estimula que as possibilidades disponíveis ou dominantes sejam ampliados pelos próprios indivíduos ou grupos que a compõem (Neef, 1986).

Entendendo as necessidades como carência e, simultaneamente, como potencialidades humanas individuais e coletivas, Neef (1986) propõe que os satisfatores sejam entendidos como “formas de ser, ter, fazer e estar, de caráter individual e coletivo”, que contribuem para a realização das necessidades humanas.

É necessário ressaltar que as necessidades variam ao longo da história, e estão situadas no plano objetivo e subjetivo, pois estão permeando a situação histórica de viver das pessoas.

Possuindo um caráter social e universal, porque são relacionadas com a evolução da espécie humana, Neef (1986) propõe sete necessidades fundamentais presentes, segundo o saber antropológico, desde o surgimento do homem:

subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio e criação. Posteriormente, surgiram as necessidades de identidade e liberdade.

Do mesmo modo, os satisfatores se modificam conforme o ritmo histórico, porém se diversificam de acordo com as estruturas, as culturas e as circunstâncias. Já os bens econômicos possuem uma tripla trajetória: alteram-se de acordo com os ritmos conjunturais e, dentro deste, de acordo com ritmos culturais e segundo os diversos extratos sociais.

Por fim, devemos explicitar que as necessidades, satisfatores e bens econômicos possuem uma inter-relação permanente e dinâmica, ou seja, uma dialética histórica.

Em seu trabalho, Neef (1986) apresenta uma “matriz”, classificando as necessidades humanas segundo as categorias existenciais (ser, ter, fazer, estar) e categorias axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade, liberdade). O autor salienta que cada grupo constitui sua própria matriz, conforme a cultura, tempo, lugar, circunstâncias, etc.

Tomaremos a matriz das categorias afeto, participação, ócio, criação, identidade e liberdade, porque as consideramos mais significativas para a compreensão da experiência do estágio e de nossa pesquisa de campo, que mostraremos no segundo e terceiro capítulos, respectivamente.

NECESSIDADES SEGUNDO CATEGORIAS AXIOLÓGICAS	NECESSIDADES SEGUNDO CATEGORIAS EXISTENCIAIS			
	SER	TER	FAZER	ESTAR
AFETO	Auto-estima, solidariedade, respeito, tolerância, receptividade, humor, generosidade, sensualidade	Amizades, família, animais domésticos, plantas, jardins	Acariciar, expressar emoções, apreciar, compartilhar, cuidar, cultivar,	Privacidade, intimidade, espaços de encontro
PARTICIPAÇÃO	Adaptação, entrega, receptividade, solidariedade, disposição, convicção, respeito, humor	Direitos e responsabilidades, obrigações, atribuições, trabalho	Avaliar-se, cooperar, propor, compartilhar, aceitar, discordar, dialogar, opinar	Âmbitos de interação participativa, partidos, associações, comunidades, famílias, grupos
ÓCIO	Curiosidade, humor, receptividade, imaginação, despreocupação, tranquilidade.	Jogos, espetáculos, festas, descanso	Divagar, sonhar, fantasiar, divertir-se, julgar, evocar, relaxar	Privacidade, intimidade, espaços de encontro, tempo livre, ambientes
CRIAÇÃO	Paixão, vontade, intuição, imaginação, audácia, autonomia	Habilidades, inteligência, destreza, método, trabalho	Trabalhar, inventar, construir, descrever, desenhar, interpretar.	Oficinas, estudo, seminários, espaços de expressão, agrupamentos, academia
IDENTIDADE	Pertencer, coerência, diferenciação, auto-estima	Símbolos, linguagem, hábitos, costumes, grupos de referência, sexualidade, valores, normas, memória histórica	Comprometer-se, integrar-se, confrontar-se, definir-se, conhecer-se, reconhecer-se, atualizar-se, crescer	Sócio-ritmos do ambiente da cotidianidade, âmbitos de pertencimento, etapas de maturação.
LIBERDADE	Autonomia, auto-estima, abertura, determinação, audácia, tolerância, vontade	Igualdade de direitos	Optar, discordar, diferenciar-se, conhecer-se, assumir-se, desobedecer, meditar	Plasticidade espaço- temporal

Após essa primeira categoria, passaremos à compreensão da participação, enquanto segunda categoria teórica para análise de nosso objeto de estudo.

1.7- Velhice e participação

A respeito da qualidade de vida, Demo (1985, p. 113) nos diz que, “a qualidade própria da vida humana é participação”.

Resumidamente, o autor defende que qualidade de vida é participação;

“... é o momento em que o homem mais se encontra consigo e com os outros. A comunidade autêntica realiza a individualidade, bem como a individualidade autêntica se coroa na comunidade.” (Demo, 1985, p. 121)

Assim entendida, a participação é um contínuo processo de autopromoção, que realiza os indivíduos, capacitando-os a assumirem sua condição de sujeitos e tornando-os comunidade e não massa.

“É a realização comunitária como condição de realização pessoal e, ao mesmo tempo, é o indivíduo definido e respeitado na comunidade. A dimensão qualitativa básica da vida humana encontra-se neste horizonte, que não despreza a quantidade, mas a sublima e potencia como condição de sua realização.” (Demo, 1985, p. 128)

Todavia, se qualidade de vida é participação e a participação o cerne da qualidade de vida, ambas exigem um mínimo de sobrevivência material, um processo educativo e uma cultura que forme cidadãos participantes.

Enfatizando, ainda mais, a importância da participação, acrescenta que essa é

“... desafio, é criatividade, é potencialidade, é intensidade. É o que, em última instância, ‘vale a pena’. É o que dá ‘sentido’, o que sintetiza e totaliza. Quantitativamente, não sabemos bem onde começa, onde acaba, onde se aloca, nem quanto pesa ou mede. Mas qualitativamente é tudo o que podemos ser todos no todo.” (Demo, 1985, p. 131).

É certo que não possuímos o hábito de participar, principalmente porque participação supõe compromisso, envolvimento. É mais cômodo receber as coisas prontas. Em uma sociedade marcada pela dominação, a participação não é algo tão natural. Existem muitas propostas participativas, cujas verdadeiras intenções estão camufladas. Participação não é dádiva, concessão ou algo preexistente; ao contrário, deve ser conquistada, fundamentada na dimensão básica de cidadania: direitos e deveres (Demo, 1993).

Participação é um processo de conquista, uma outra forma de poder. Assim, Demo (1993, p. 18) delinea o conceito de participação:

“...é conquista pra significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é, em essência, autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada.”

Procurando responder “o que é participação”, Juan Bordenave (1985) nos fala que o interesse em participar tem aumentado nos últimos anos, fazendo surgirem inúmeros grupos, associações e movimentos. Do mesmo modo que Max Neef, Bordenave (1985, p. 16) escreve que a participação sempre

acompanhou com altos e baixos as formas históricas que a vida social foi tomando.

Mais que um instrumento para solução dos problemas, para garantia do controle e fiscalização das autoridades, para o crescimento da consciência e do poder de reivindicação, a participação é, sobretudo, “uma necessidade fundamental do ser humano”.

Conceituando, segundo Bordenave (1985, p. 16),

“... é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.”

A partir dessas definições, percebemos a participação como um canal de expressão humana, que permite, ao mesmo tempo, a conquista e a satisfação das necessidades existenciais de ser, ter, fazer e estar junto com os outros.

Além dos conceitos já delineados, Woytila (1982, p. 343) descreve a participação enquanto

“propriedade dinâmica da pessoa. Esta propriedade se manifesta na execução das ações ‘junto com outros’, na cooperação e coexistência que serve simultaneamente à realização da pessoa. A participação está intimamente associada com a comunidade e com o valor individual” da ação.”

Devido a sua natureza social, o homem vive, existe e atua com outros homens na sociedade, na comunidade, e, nesse espaço, a ação se constitui num momento em que a pessoa se manifesta.

De acordo com Woytila (1982), no uso comum, o termo participação, de forma mais geral e estática, significa “tomar parte em algo”. Buscando um sentido mais filosófico, diz-nos que

“a participação corresponde a aquilo em que consiste a transcendência da pessoa na ação quando a ação se realiza ‘juntó com outros’, quando se realiza em relações sociais distintas ou inter-humanas. A característica da participação indica portanto que o homem quando atua junto com outros homens conserva no seu atuar o valor individual da sua própria ação e ao mesmo tempo tem parte na realização e nos resultados da atuação em comum.” (Woytila, 1982, p. 314)

A participação, então, é vista enquanto propriedade da pessoa que lhe permite existir e atuar junto com outros, realizar uma ação e auto-realizar-se através dela. Na verdade, a convicção de que a pessoa é capaz de participar faz parte de um enfoque personalista, que defende o direito de todo ser humano de atuar junto com outros. Existência que permite seu próprio desenvolvimento, responsável pela auto-realização da pessoa na execução de sua ação (Woytila, 1982).

Para Woytila (1982, p. 323), essa idéia de “atuar e existir junto com outros”, expressa a própria noção de comunidade:

“A comunidade humana está estreitamente relacionada com a experiência da pessoa (~). Nela encontramos a realidade da participação enquanto propriedade da pessoa que lhe permite existir e atuar ‘junto com outros’, e, portanto, chegar a sua própria realização. Simultaneamente, a participação enquanto propriedade da pessoa, é um fator constitutivo de toda comunidade humana. Devido a esta propriedade, se pode dizer que chegam a se fundir à pessoa e à comunidade; contrariamente às implicações manifestadas no pensamento individualista e anti-individualistas sobre o homem, não são estranhas entre si nem se opõem mutuamente.”

Gostaríamos de ressaltar, ainda, que “dentro da atuação ‘junto com outros’ está o princípio da participação, que é o ponto essencial dessa atuação e a fonte especial dos direitos e obrigações da pessoa.” (Woytila, 1982, p. 320).

Certamente, é no mundo das relações, atuando junto com os outros, que o homem pode exercer seus direitos e deveres. É, portanto, esse o espaço onde a cidadania pode ser construída, fazer-se possível e presente.

1.8 - Velhice e Cidadania

A cidadania é, hoje, uma questão cuja compreensão ou conceituação é buscada pelos mais diversos profissionais e teóricos. O conceito, embora comumente pensado como uma relação entre pessoa e Estado, baseado numa atitude de obediência e proteção, respectivamente (Spink, 1994), vem sofrendo reformulações e acréscimos.

Em um sentido mais formal, a cidadania pode ser entendida como o conjunto dos direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis e políticos, chamados convencionalmente de primeira geração de direitos, foram consagrados no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Esses direitos são fruto das lutas da burguesia revolucionária com base na filosofia iluminista e na tradição liberal contra o despotismo dos antigos Estados absolutistas e se referem à mesma esfera de direitos: a dos direitos e garantias individuais (Bussinger, 1997).

A mesma autora afirma que os direitos civis dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, econômica e de religião), desde que seu comportamento não viole o mesmo direito dos outros.

Os direitos políticos constituíram-se ligados à formação do Estado democrático, ampliando os direitos já conferidos a outras pessoas. Representam a liberdade de associação nos partidos e sindicatos e os direitos de votar e ser votado, o que implica a participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado.

Entretanto, esses direitos não atendiam, ainda, o canal de igualdade desejado à medida em que persistia o fósso social entre proprietários e não-proprietários. Em decorrência da posse dos direitos civis e políticos e da emergência da questão social, no final do século XIX, a demanda em torno de novos direitos acentuou-se, dando margem à luta operária contra as opressivas condições de vida e trabalho.

Esse cenário, então, possibilitou o surgimento dos direitos econômicos, sociais e culturais, ou seja, a segunda geração dos direitos, que dizem respeito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à saúde, à seguridade social, etc. (Bussinger, 1997). São direitos voltados para a coletividade e exigem a atuação ativa do Estado para garantir as condições necessárias à sua realização com um mínimo de segurança e bem-estar econômico.

Como sabemos, os direitos de cidadania - civis, políticos ou econômicos-sociais - se consolidaram ao longo da história de forma estratificada e não universal. A desigualdade social persistiu, revelando “ainda mais a falta de legitimação desses direitos enquanto prática conjunta, mesmo possuindo-os legalmente.” (Wagner, 1997, p. 25).

É certo que a construção da cidadania deve ser um processo contínuo e coletivo, pautado no conjunto desses três direitos. Contudo, o discurso da cidadania, pautado até o momento na teoria clássica de constituição dos direitos formais, transcende, na sociedade atual, a “mera constatação da existência - ou inexistência - dos direitos associados à cidadania plena.” (Spink, 1994, p. 09)

Sob esse prisma, vários autores de diversas formações sociais “compartilham do pressuposto de que a sociedade é uma construção social, e que a subjetividade é um elemento intrínseco dessa construção.” (Spink, 1994, p. 09)

De acordo com Spink (1994, p. 09), “a cidadania - enquanto fenômeno compartilhado - só pode ser entendida na interface indivíduo-sociedade. Interface

essa que tem dimensões e fronteiras nada rígidas e é, conseqüentemente, domínio de disciplinas múltiplas.”

E foi desse modo, na interface do indivíduo e sociedade que a cidadania foi-se constituindo “no aqui e agora” do mundo vivido, enquanto um fenômeno político, histórico e social, inter e intra-subjetivo.

De fato, a cidadania é um processo em construção e que ainda precisa ser conquistado. Durante toda a história, as conquistas dos direitos do cidadão se deram sob a forma de uma ação coletiva. Porém, parafraseando Spink (1994), temos conhecimento de que “toda ação coletiva é vivida como necessidade do eu”, ou seja, o que é social é, ao mesmo tempo, individual. Há uma dialética entre subjetividade e objetividade.

“Afeto, emoção e necessidade são questões sociais e políticas, tanto quanto poder e movimentos sociais são questões subjetivas.”(Spink, 1994, p.152)

Nesse sentido, propomos que, nesse trabalho, cidadania seja, também vista como uma questão que “se expressa na ação política, mas também no desejo, na paixão e nas necessidades, sendo cada uma delas passagem de uma instância a outra.” (Spink, 1994, p. 152).

Para Spink (1994, p. 148), “cidadania pressupõe igualdade de direitos, sendo que um dos mais importantes é o direito de viver a própria vida e ser único e diferente dos demais.”

Em Gueiros (1991, p. 23), encontramos a definição de que “cidadania é processo, movimento que visa a incorporação de novos ‘grupos’ ou classes ao gozo de direitos já reconhecidos e/ou à incorporação de novos direitos já existentes.”

Nessa perspectiva, a cidadania a ser discutida atualmente deve ter um conceito ampliado, incluindo, também, a diferença, a ética e, sobretudo a felicidade. Nas palavras de Spink (1994, p. 141), uma “cidadania recomposta” é atravessada, também, pelos seguintes valores: “ a amizade, a solidariedade, a competição de quem faz o melhor pelo coletivo, o gastar o seu tempo livre com a liberdade, e norteadas pelo desejo, que parece ser o suporte da felicidade humana”.

→ Conforme temos apresentado até o momento, o grupo de idosos vem proporcionando estímulo à participação sócio-cultural e representa um espaço de valorização do idoso. As pessoas que buscam a participação nos grupos de convivência estão à procura de novas amizades, fugindo, muitas vezes, da rotina, da solidão ou da depressão. As ações grupais giram em torno de palestras, atividades físicas, recreativas e artesanais, com a finalidade de propiciar momentos de lazer e entretenimento.

Contudo, é ainda embrionário o processo organizativo e de conscientização política e cidadã nos grupos. Por isso, muitos grupos acabam tornando-se somente encontros de lazer e não espaço de discussão de questões que envolvam

os direitos e deveres do idoso com vistas à construção da qualidade de vida e da cidadania.

Há necessidade, portanto, de provocá-los para a reflexão, o planejamento e a divisão de suas tarefas, já que é comum nesses grupos o voluntário tomar a frente, fazendo com que o grupo não funcione sem ele, e do idoso um sujeito passivo, que não participa autenticamente desse processo.

Finalizando, defendemos que o sujeito com qualidade de vida e com participação está garantindo sua cidadania, ou seja, se constitui em sujeito de direitos e também de obrigações. É por entendermos o grupo de convivência como um espaço significativo de participação, integração e reconhecimento do idoso, onde podem ser trabalhadas as possibilidades de participação e atuação na sociedade para a efetivação de seus direitos, que nos propomos compreender o sentido das relações entre idosos e voluntários e os motivos da participação dos homens a partir de nossa vivência de estágio.

Após tecer algumas considerações sobre o envelhecimento na sociedade atual e a respeito do grupo de convivência, enquanto um projeto de vida na velhice, partimos para o segundo capítulo. Situaremos a Ação Social Arquidiocesana, especificamente seus programas voltados ao idoso, a fim de compreender de que forma se manifestava, nos grupos de idosos que acompanhamos, a participação, a qualidade de vida e a cidadania, categorias teóricas elucidadas até o momento.

CAPÍTULO 2

DESVELANDO SENTIDOS DAS RELAÇÕES

ENTRE IDOSO E VOLUNTÁRIO

2.1 - A Ação Social Arquidiocesana - ASA

Ao considerarmos, no capítulo anterior, o processo de envelhecimento, definimos como intencionalidade:

- avaliar as relações vivenciadas entre idosos e voluntários nos grupos, procurando compreender os fundamentos e sentidos dessas relações e
- conhecer os motivos que provocam a participação ou a não participação de homens nos grupos de convivência de idosos.

Faz-se imprescindível destacar porque surgiu essa proposição, refletindo-se que a terceira idade para muitas pessoas, no Brasil, ainda surge como uma sucessão de perdas: de vínculos, de pessoas, de papéis, etc.

A sociedade civil tem-se lançado num movimento em busca de respostas, fazendo com que cresça, a cada dia, a inquietação frente às questões sociais relacionadas à terceira idade, expressas nas leis e políticas que asseguraram, nos últimos anos, os direitos sociais da população idosa, inclusive através do trabalho de diferentes instituições.

Nesse contexto, insere-se a Ação Social Arquidiocesana - ASA - nosso campo de estágio, onde se inscreve a questão da terceira idade e dos grupos de convivência.

A Ação Social Arquidiocesana é um setor da Igreja Católica, vinculada à Arquidiocese de Florianópolis - Santa Catarina. Considerada uma organização não-governamental, vem desenvolvendo, desde sua fundação, em 17 de novembro de 1960, projetos e programas sociais, dentre os quais iremos destacar o Programa de Assessoria aos Grupos de Idosos e os Cursos de Formação de Dinamizadores - coordenadores voluntários - que atuam nesses grupos.

A Arquidiocese de Florianópolis foi criada em 17 de janeiro de 1927 pela Bula “Inter praecipuas” do então Papa Pio XI. Está situada geograficamente na parte central do estado de Santa Catarina, e abrange 34 municípios, sendo formada por 08 Comarcas¹ e 57 paróquias.

Dentro da trajetória de atuação da ASA, podemos destacar três fases importantes. No início, a ASA definiu sua ação mediante a coordenação de todas as Obras Sociais da Arquidiocese e ela filiadas. Na primeira fase, consideramos o período de 1966 a 1969, quando a Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis - ASA - tinha estreita relação com a Cáritas Brasileira, organismo da Igreja

¹ “Por Comarcas, entende-se uma área pastoral formada por um certo número de paróquias, sendo que, por Paróquia, entende-se uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao Pároco, com a autoridade do Bispo Arquidiocesano”. (Cervi apud Gomes, 1996)

Católica Apostólica Romana de âmbito internacional e que, no Brasil, fazia parte da CNBB, funcionando como escritório da mesma.

Dentro dos vários programas da Cáritas, a ASA, na tentativa de atacar os problemas sociais, ocupou-se da distribuição de alimentos aos assistidos através da supervisão do trabalho, impedindo que fossem doados indiscriminadamente, persistindo, entretanto, seu caráter assistencialista. Os alimentos chegavam às comunidades através das Obras Sociais, que contavam com a atuação de pessoas voluntárias e de uma equipe executiva, que envolvia técnicos de trabalho em comunidade, absorvendo o empenho de assistentes sociais.

Nesse período, foi firmado um convênio com a LBA - Legião Brasileira de Assistência - que oferecia recursos financeiros para o desenvolvimento e manutenção dos cursos de educação de base e de grupos sociais que foram criados nas Obras Sociais filiadas.

Nos anos de 1964 a 1968, o Brasil viveu o período da ditadura militar, que coibiu todo e qualquer tipo de organização. A instituição, então, desenvolvia atividades clientelistas, centralizando suas ações principalmente através dos convênios com a LBA, órgãos governamentais e Projeto Misereor².

² Para o desenvolvimento de suas atividades, é firmado convênio com a Misereor - Zentralstelle da Alemanha, entidade jurídica com fins filantrópicos, constituída por fundos públicos que o Governo da República Federal da Alemanha coloca à disposição e financia projetos de desenvolvimento social e mini-projetos alternativos para países do Terceiro Mundo. Esse convênio é renovado a cada três anos, com prestação de contas e apresentação de relatórios semestrais das atividades desenvolvidas. A Zentralstelle é mantida com 60% de contribuições do governo via contribuições e encargos e 50% por doações. Além dessa entidade mantenedora, a ASA conta com a complementação de custos efetuada pela Mitra Arquidiocesana de Florianópolis.

Em sua segunda fase, de 1969 a 1977, intensificou sua atuação voltada à promoção humana e à sistematização dos trabalhos junto às comunidades. Nesse período, a ASA, incentivava as Obras Sociais filiadas a adquirirem sua própria personalidade jurídica e a assumirem a responsabilidade pelos convênios com entidades públicas, prestação de contas e relatórios, mantendo maior autonomia em sua programação.

Desde seu surgimento, a ASA contou com a presença do voluntário junto às Obras Sociais e, diante do considerável número de pessoas que colaboravam nas atividades da instituição, nem todos com nível cultural e preparo técnico para atuar nessas obras, passou a realizar treinamentos. A partir de 1967, a instituição procurou desenvolver, anualmente, treinamentos, dando ênfase à caridade, à doação e à promoção humana. O início dos anos 70 foi marcado pela motivação dos voluntários, a fim de engajá-los nos programas de desenvolvimento de comunidade. Passam, assim, a atuar nos grupos de jovens, de mães, de gestantes e de professores de jardim de infância.

Desses voluntários, mais tarde saem pessoas para atuação nas atividades dos Grupos de Idosos. O primeiro Grupo de Idosos que nasceu ligado à Igreja Católica de Florianópolis foi o Grupo Santana, pertencente à Ação Social Paroquial São Luiz, Agronômica, que iniciou suas atividades no ano de 1972.

A partir de 1977, a ASA entra em sua terceira fase, caracterizada por algumas transformações no seu próprio papel, dando prioridade, à capacitação

profissional, à integração com outros setores de pastoral social, à organização de comunidades, ao treinamento dos educadores das creches, ao acompanhamento dos Grupos de Idosos das Ações Sociais Paroquiais e à assessoria às Obras Sociais filiadas, no sentido de garantir maior autonomia.

Em 1978, já existia um total de 20 grupos de idosos ligados às Ações Sociais Paroquiais e a ASA, no seu papel de assessoria e animação, dava continuidade aos treinamentos dos coordenadores e voluntários dos grupos.

A década de 90 foi marcada por um novo quadro na educação para a cidadania, incluindo a participação popular e a proposta de ruptura com a passividade frente às questões sócio-políticas, que envolvem o conjunto da sociedade. A ASA passou, então, a prestar assessoria nas áreas das Ações Sociais Paroquiais, Criança e Adolescente, Saúde, Idoso, Produção e Abastecimento, além de acompanhar a organização das comunidades, reforçando as organizações populares.

A instituição também passou a participar de Conselhos paritários, Fóruns e Comissões, espaço privilegiado de articulação de suas ações, como o Conselho Estadual do Idoso - CEI/SC, a Comissão Regional do Idoso da Grande Florianópolis e a Comissão Municipal do Idoso de Florianópolis, contribuindo para que houvesse um maior envolvimento com a questão da Terceira Idade, prestando maior orientação aos voluntários, apoiando suas iniciativas e refletindo o encaminhamento de suas ações.

Atualmente, a ASA continua prestando um acompanhamento direto aos Grupos de Idosos já existentes, motiva e auxilia a organização de novos grupos de convivência, principalmente em comunidades carentes. Existem, hoje, 107 Grupos de Convivência de Idosos em toda a Arquidiocese, significando um total de 4600 idosos e 460 voluntários.

Na busca de oferecer um trabalho de maior qualidade, fundado na valorização da pessoa idosa, a instituição continua a desenvolver treinamentos para os voluntários e coordenadores que trabalham nos Grupos, aprimorando sua formação, criando uma nova mentalidade e capacitação. A ASA reconhece “o voluntário como elemento propulsor de suas atividades no tocante à terceira idade” (Nilsson, 1995, p. 38) por isso, vem desenvolvendo os Cursos de Formação, a fim de construir a cidadania e possibilitar a participação da pessoa idosa, “sendo o voluntário o fio condutor dessa ação e da ligação entre a ASA e os Grupos”.

A assessoria prestada pela ASA aos grupos de idosos, realizada pela profissional de Serviço Social da instituição, se dá, segundo Gomes (1992), através de visitas aos grupos, mantendo o contato direto com a pessoa idosa, conversando, refletindo questões pertinentes à terceira idade (saúde, família, convívio social em grupo, direitos sociais), com muita dinâmica, através de jogos sociais e terapia corporal, o que vem proporcionar o desenvolvimento da sociabilidade, mantendo o corpo vitalizado e disposto para atividades sempre

renovadas. Vem motivando uma participação sempre mais efetiva no grupo e na comunidade na qual os idosos estão inseridos, entrosando-se nos eventos comunitários, em visitas e passeios com outros grupos.

2.2 - O Programa de Assessoria aos Grupos de Convivência de Idosos e o Programa de Formação de Dinamizadores

O Serviço Social, na instituição, está ligado à Direção, possui autonomia e atua diretamente nas áreas ligadas a crianças, adolescentes e idosos, articulado com as demais ações desenvolvidas pela Ação Social Arquidiocesana. Dentre suas funções, destacamos: o estudo, o planejamento, a execução e avaliação dos programas; a intervenção nas relações sociais, visando a alteração das atividades desenvolvidas na área do idoso; a participação em Conselhos, Fóruns e Comissões; a assessoria para o planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas na área do idoso.

Em sua atuação junto ao Programa de Assessoria dos Grupos de Convivência de Idosos e o Programa de Formação de Dinamizadores, o Serviço Social tem como principais objetivos:

- ♦ Colaborar para a efetivação das políticas sociais do idoso;
- ♦ Resgatar a cultura do idoso, valorizando, divulgando suas histórias e experiências e estimulando sua criatividade;

- ◆ Refletir sobre as condições de cidadania dos idosos nos grupos de convivência e possibilitar novas participações organizativas;
- ◆ Capacitar os dinamizadores para atuarem em grupos, comunidades e nas redes de ação gerontológica.

Na busca desses objetivos, realiza o acompanhamento às atividades dos Grupos de Idosos da Arquidiocese; organiza encontros, palestras e discussões com os grupos e seus dinamizadores; viabiliza oficinas, grupos de canto e ginástica; presta orientações que se fizerem necessárias, quando solicitadas; participa e apoia eventos que envolvam informações e a defesa de direitos.

O grupo de convivência de idosos significa para a ASA “uma reunião de pessoas que apresentam características semelhantes e se encontram em função de necessidades e interesses comuns, visando atingir um mesmo objetivo” (Curso de Formação dos Dinamizadores - ASA, 1997). Quer dizer, para a ASA, o grupo de convivência é um espaço encontrado pelo idoso, onde ele se sente bem, divide os problemas e vivências que possui; um encontro de pessoas que desejam passar horas alegres, aprendendo, ensinando e crescendo como ser humano.

Os grupos de idosos assessorados pela ASA desenvolvem várias atividades, que objetivam o crescimento pessoal de seus integrantes, e que são divididas em:

- Atividades sociais - dizem respeito à experiência da vida em grupo e incluem, também, as atividades voltadas para os outros (assistência à igrejas, asilos, orfanatos, visitas a outros grupos, etc.);
- Atividades físico-recreativas - trabalhos manuais e artísticos: jogos, ginástica, danças, teatro, excursões, lazer, etc.;
- Atividades artesanais - trabalhos realizados e colocados em exposições e venda: vime, decoração, pintura, bordado, crochê, tricô, rendas de bilro, etc.;
- Atividades culturais - exercitam o conhecimento e a memória do idoso, tais como: leituras, alfabetização, música, teatro, poesia, passeios a museus, folclore, etc. (Curso de Formação dos Dinamizadores - ASA, 1997).

Durante todo o estágio realizado, no período de agosto de 1996 a dezembro de 1997, nossa prática se deu através do acompanhamento dos Grupos de Convivência de Idosos e também do planejamento, organização e participação nos Cursos de Formação de coordenadores voluntários.

Num primeiro momento, realizadas as visitas a diversos Grupos de Idosos da Arquidiocese, percebemos claramente que o idoso procura esse espaço em busca de valorização, identidade, participação social, amizades, lazer e saúde.

À medida em que apresentávamos nossa intenção de realizar o estágio junto à população idosa, seja porque tínhamos grande identificação com esses

usuários do Serviço Social, seja pelo próprio projeto profissional de propor estratégias de expansão dos direitos sociais e de cidadania, fomos bem recebida nos grupos. Seus participantes apresentavam, predominantemente, queixas de preconceito, de desvalorização, de aposentadoria insuficiente, problemas de saúde e solidão.

O que observamos, também, nesse contato inicial com a realidade dos Grupos de Convivência assessorados pela ASA, foi que, em muitos grupos, os coordenadores e voluntários não repassavam aos idosos os conteúdos obtidos nos cursos e treinamentos oferecidos pela instituição, tampouco vivenciavam os conhecimentos lá ministrados.

É indispensável dizer que os Cursos³ objetivam capacitar os dinamizadores de grupos para o atendimento qualificado à pessoa idosa, desenvolver uma melhor imagem sobre o processo de envelhecimento e despertar iniciativas que determinem conquistas de direitos, além de promover a integração entre os voluntários.

Nos Cursos, eram proferidas palestras, desenvolvidas oficinas, dinâmicas e discussões a respeito dos aspectos bio-psico-sociais do envelhecimento, bem como sobre a estrutura, organização e funcionamento dos grupos de idosos, por diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, médicos, sociólogos,

³ Atualmente a ASA realiza os Encontros Arquidiocesanos de Dinamizadores de Grupos de Idosos e os Cursos de Formação envolvendo coordenadores e voluntários da Comarcas.

geriatrias, gerontólogos, etc.), a partir de sugestões e do planejamento feito junto aos próprios dinamizadores.

Dando continuidade, vimos que dentre os coordenadores voluntários ainda existiam muitos que não participavam dos Cursos programados, reproduzindo, portanto, nos grupos uma ação desinformada, centralizadora, permeada de preconceitos, autoritarismo e paternalismo, não estimulando nem permitindo a participação. De outro lado, vimos idosos demonstrando um certo grau de passividade e com supervalorização do coordenador da atividade. Idosos que não eram sujeito da ação, sem qualquer possibilidade de terem parte no planejamento, na execução e avaliação das atividades.

Nesse contexto, definimos o acompanhamento a dois grupos da Comarca da Ilha e do Estreito, o Grupo Amizade (na comunidade do Saco Grande I) e o Grupo Utopia (na comunidade da Coloninha), respectivamente.

O Grupo Utopia foi definido em razão da assessoria semanal já prestada pela assistente social da ASA desde o início de sua formação. O contato com o grupo ocorreu após o começo de nosso estágio na instituição, e a opção em continuar a acompanhá-lo no semestre seguinte teve como motivo as diferenças percebidas no seu funcionamento, em comparação com outros grupos de idosos assessorados pela ASA.

A decisão em acompanhar o Grupo de Idosos Amizade veio após uma visita ao mesmo, quando lá foram percebidas questões como autoritarismo dos

voluntários, e, principalmente, ausência de uma participação autêntica por parte dos idosos. À época, os Cursos de Formação da ASA estavam priorizando a reflexão sobre o funcionamento dos grupos de idosos, suas regras, papel do idoso e do voluntário. Assim, nossa ação desenvolveu-se, primeiramente, nessa direção.

Durante nosso estágio, utilizamos a metodologia dialógica, enquanto proposta de ajuda psico-social e de compreensão da realidade vivenciada. Por isso, apresentamos de forma sintetizada a metodologia que norteou nossa atuação durante esse processo.

2.3 - Fundamentos teórico-metodológicos da práxis

A metodologia dialógica é uma proposta da professora Anna Augusta de Almeida (1980), fundamentada no personalismo, na fenomenologia e na ética. Tem sua raiz no tronco do pensamento existencial-personalista e pretende compreender o homem enquanto ser existente. Trata-se de uma proposta que valoriza a vivência humana e o irrefletido como formas de saber, ao contrário da concepção de ciência moderna (Almeida, 1980).

De acordo com a autora, para compreensão do vivido humano, o Serviço Social sempre adotou modelos de sistemas sociais que enfocavam apenas parte do mundo, o que permitia respostas fechadas (Almeida, 1980, p.114):

“Aceitar uma explicação da vida do homem em sociedade, por modelos condicionantes fechados, é negar seu próprio projeto e sua própria história, o que vale dizer, seu próprio mundo.”
(Almeida, 1980, p.114).

Almeida (1980, p. 114) propõe ao Serviço Social um posicionamento de “abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo das pessoas”.

Isso significa considerar, em nossa prática, também o conhecimento no nível irrefletido, não condenando o senso comum, mas procurando refleti-lo à luz de um conhecimento já construído, numa relação dialetizada.

Almeida (1980, p.115) ressalta, em seu trabalho que a singularidade só pode ser entendida se “ligada ao mundo num duplo movimento: afirmação pessoal e construção de um mundo de pessoas.”

Segundo a autora,

“Uma existência é história individual, é produção de liberdade. E se o homem não existe a não ser no mundo, separá-lo deste é privá-lo de sua participação na história. Assim, quando consideramos comunidade, consideramos a condição humana necessária à existência do singular, sendo ela mesma (a comunidade) um singular, parte do mundo, realidade externa e interna da qual o sujeito participa e com a qual se identifica.”
(Almeida, 1980, p.115-116)

Esse é o sentido do modelo de intervenção adotado, considerar o homem existente, cuja experiência se dá no mundo em que vive, porquanto é na

comunidade (realidade interna e externa) que o sujeito participa, se identifica e faz história.

A metodologia dialógica tem seu marco referencial centrado em três categorias: Diálogo, Pessoa e Transformação Social.

Diálogo - “o Diálogo” utilizado “como ajuda psico-social, constitui-se num processo onde assistente social e cliente realizam uma experiência com todo o seu ser no contexto da história humana” (Almeida, 1980, p.116-117).

Nesse processo, o trabalho do assistente social não consiste apenas na transferência de alguns conteúdos de conhecimento que surgiram na comunicação assistente social-usuário para conceitos teóricos de uma interpretação do fenômeno refletido. É necessário tornar o usuário “sujeito de uma experiência que provoca transformações, a ser conhecida em diferentes graus de verdade” (Almeida, 1980, p.117). Um conhecimento novo que provoca uma nova forma de pensar o mundo, uma maior abertura ao mundo e aos outros, levando assistente social e usuário a questionarem-se a si próprios.

“A metodologia do diálogo exige que se parta de um conhecimento. (...) O diálogo não pode prescindir do conhecimento profissional do assistente social nem do conhecimento de que o cliente é portador. Um sem o outro não permite a dialética crítica necessária de um modo inteligível próprio de conhecer.” (Almeida, 1980, p.118)

Essa afirmação caracteriza todo o processo de trabalho do Serviço Social, que tem o conhecimento como um instrumento e que, a partir dele, constrói o seu fazer profissional e que, por outro lado, reconhece e valoriza o saber do usuário.

Pessoa - significa reconhecer o usuário “pela sua condição humana e não enquanto sujeito oprimido, alienado, desajustado. Pessoa, para a proposta, é o homem total, que é sujeito, logo, racional e livre. A ajuda psico-social é oferecida à pessoa como tal.” (Almeida, 1980, p.119)

Almeida (1980) adverte que “o singular se coloca como problema no trabalho com o social.” A dificuldade está em admitir a singularidade, pois “admitir a singularidade é admitir as interrogações, as dúvidas, os desvios, assim como é admitir compreensão, participação, confiança” (Almeida, 1980, p.120). Seria mais fácil trabalhar os sujeitos enquanto blocos, porém, a nova proposta visa uma maior preocupação com o sujeito e não com a eficácia do programa.

Transformação Social - é “uma provocação desse esforço intencional para conhecimento do mundo, que exige a saída de si para uma abertura de horizontes.” (Almeida, 1980, p.121). Caracteriza-se por dois momentos: a descoberta do novo sentido - a análise crítica, e um segundo, onde se trabalha com o novo a partir dessa descoberta, o projeto.

A metodologia dialógica possui cinco movimentos centrados na SEP - Situação Existencial Problematizada - em que o assistente social vai posicionar-se frente à situação vivenciada pelo usuário. A SEP não consiste apenas num

problema que provoca a necessidade de ajuda, mas num fenômeno social, envolto numa dimensão existencial que exige um conhecimento para uma opção.

1º Movimento - Objetivação da SEP - “é uma atividade, no diálogo gerado pelo cliente ou pelo assistente social a partir da colocação de uma Situação Existencial Problematicada como fenômeno social” (Almeida, 1980, p.123). Tem como característica o relacionamento centrado na ajuda psico-social, dentro de um objetivo determinado.

A Objetivação da SEP é colocada pelo sujeito, que vai descrever seu vivido a partir de sua compreensão, conferindo-lhe um significado, e, também, pelo assistente social, enquanto um objeto de estudo ou pólo de verificação.

2º Movimento - Análise-Crítica da SEP - “compreende uma atividade dialetizada entre exterioridade e interioridade, gerada na sequência do diálogo pelas tentativas de análise-crítica, que opera, em diferentes níveis, uma síntese. O movimento segue três direções: em direção ao racional, quando é orientado para o objeto (conhecimento do objeto); em direção à pessoa, quando é orientado para o sujeito (consciência-de-si); em direção ao social, quando é orientado para o mundo (consciência crítica)” (Almeida, 1980, p.124).

3º Movimento - Síntese Crítica da SEP - “é uma atividade de retotalização da SEP, gerada a partir do conhecimento nas três direções do movimento anterior.” (Almeida, 1980, p.128). Esse movimento cumpre o efeito de capacitação, que permite ao usuário perceber o fenômeno numa situação mais

ampla, apreender as realidades sociais situadas num contexto maior, o sentido do todo, o sentido do outro e o seu próprio sentido, para, a partir disso, eleger uma alternativa e tomar uma decisão.

4º Movimento - Construção de um Projeto - “é uma atividade de criatividade gerada na sequência do diálogo” (Almeida, 1980, p.129). O diálogo apoiado na síntese crítica produz um efeito de capacitação, exige uma atitude de abertura.

Na prática do Serviço Social, toda a situação vai provocar uma tomada de posição; cabe então ao profissional refletir o que lhe compete dentro da instituição onde atua e o que cabe ao usuário. Esse processo cumprirá, na realidade externa, os efeitos indicados no projeto.

5º Movimento - Retorno-Reflexivo - constitui-se em “uma atividade de comunicação na sequência do diálogo, que consiste em questionar os resultados, comparar o que foi alcançado com o que se pretendia alcançar” (Almeida, 1980, p.130).

Nesse processo, o assistente social avalia a transformação que houve, tomando consciência dos momentos críticos geradores de necessidades novas, de exigências para novas opções ou novos projetos. No retorno, o usuário vai novamente dar um significado à sua vivência, tomando consciência dos resultados não percebidos ou valorizados; necessidades não percebidas ou expressas;

exigências nem sempre satisfeitas, avaliando a exigência de prosseguir ou dispensar ajuda.

Utilizando-nos do fundamento teórico-metodológico exposto, desenvolvemos nossa prática profissional.

É nossa intenção, agora, tematizar o Grupo de Idosos Utopia e Amizade, a fim de compreender sua estrutura e conjuntura, bem como avaliar nossa prática de estágio e da própria instituição.

2.4- Os Grupos de Convivência de Idosos: Utopia e Amizade

O Grupo Utopia teve a assessoria semanal da ASA desde sua fundação, em 09 de novembro de 1995. De início, o grupo possuía 12 participantes; hoje, são 41 pessoas com idade entre 40 e 85 anos, sem distinção entre voluntários e idosos. Desenvolvia, inicialmente, trabalhos manuais e artesanais; atualmente, porém, optou apenas pela realização de atividades físicas (Dança Sênior), sociais (aniversários, bingos, festas comemorativas de Natal, Páscoa, Junina, etc.), passeios e palestras sobre assuntos propostos pelo grupo e com a assessoria da assistente social da ASA e das estagiárias, Daniella e Cristiane, que acompanharam o grupo no período de outubro de 1996 a julho de 1997.

É constituído por 35 mulheres e 06 homens, sendo que estes participam apenas dos passeios, pagam as mensalidades e o bingo. As reuniões semanais

contam somente com a presença das mulheres. Quanto ao estado civil, predomina a viuvez entre as mulheres, mas há, também, idosas divorciadas e casadas. Os homens do grupo são casados. Os participantes são pessoas que durante suas vidas exerceram as atividades: do lar, servidor público, costureira, policial, comerciário, etc., e hoje recebem pensão ou aposentadoria. São moradores da própria comunidade ou de comunidades limítrofes. Apenas uma idosa é evangélica, os demais membros são católicos. Reúnem-se no Salão Paroquial da Igreja de Santo Antônio e Santa Maria Goretti, onde planejam, discutem algum tema ou assunto proposto, avaliam as atividades, jogam bingo, dançam, cantam e tomam o lanche que eles mesmos preparam.

O Grupo da Amizade existe há 12 anos, foi fundado em 16 de março de 1986, e possui 51 participantes, com idade entre 43 e 84 anos. Realiza, semanalmente, todas as sextas-feiras das 14:00 às 17:00 horas, encontros em que participam da missa ou novena até às 15:00, passando depois para o lanche e, em seguida, para atividades de trabalhos manuais. Periodicamente, também fazem passeios e visitam outros grupos. O grupo costuma, também, celebrar o aniversário das participantes e comemorar datas festivas, tais como Páscoa, Dia das Mães, Dia do Idoso e Natal.

O Grupo de Convivência de Idosos Amizade é formado apenas por mulheres, pois a coordenadora não aceita a presença de homens. Com exceção de uma idosa, que é evangélica, as participantes desse grupo são todas católicas, e

participam juntas de outros grupos religiosos da Paróquia. Um pouco mais da metade do grupo é de moradoras da própria comunidade, sendo que as demais moram em outros bairros (Trindade, Agronômica, Kobrasol e Centro) e tomaram conhecimento do grupo através de familiares que moram no Saco Grande ou amigos que já participavam do mesmo. A maior parte das idosas são viúvas ou separadas, e exerciam atividades do lar, comerciária, lavadeira, servente, doméstica, etc. Vivem com a pensão do marido ou de aposentadoria. O grupo conta com apoio de quatro pessoas, membros da Legião de Maria⁴, que auxiliam nos trabalhos manuais, fazem os serviços de limpeza e preparação do café, sendo vistas pela ASA como voluntárias do grupo junto a outras duas voluntárias que estão à frente da coordenação.

Acompanhando os grupos, especialmente o Grupo Amizade, nossa intenção foi provocar uma abertura para que o idoso se colocasse enquanto pessoa, tendo oportunidade de participar, propondo e avaliando as atividades e projetos do grupo.

Essa proposição teve como intencionalidade a garantia de um espaço para o idoso, para que pudesse ter acesso aos seus direitos ou pelo menos tomar consciência deles.

⁴ - "A Legião de Maria é uma Associação de Católicos que, com a aprovação da Igreja e sob o poderoso comando de Maria Imaculada, se constituíram em Legião para servir na guerra, perpetuamente travada pela Igreja contra o mal que existe no mundo." (Concilium Legions Mariae, 1993). A Legião de Maria tem como fim a glória de Deus, por meio da santificação de seus membros, pela oração e cooperação ativa, sob a direção da autoridade eclesiástica, na obra de Maria e da Igreja. Os legionários devem ajudar a comunidade cristã através de: visitas às famílias, visitas e cuidados a doentes e idosos, deficientes; promover associações, irmandades e pastorais, recrutando novos membros e animando os antigos a perseverarem.

À medida em que íamos conhecendo a realidade daquele grupo, eram tematizadas questões do cotidiano da vida dos idosos. Discutíamos problemas de saúde, questões políticas e afetivas, procurando também avaliar a importância das atividades e construir novas propostas, respeitando sua singularidade, expressa em suas histórias de vida, necessidades e aspirações.

Muitas vezes, esse trabalho se deu através de dinâmicas, das reuniões em círculo ou em pequenos grupos e, principalmente, por meio do diálogo entre a estagiária e os idosos. Essa atitude era desencadeada, tanto por parte do usuário como pela própria aluna, sendo que, nos momentos em que as situações eram discutidas junto ao grupo, preservava-se o sigilo.

Essa relação idoso e estagiária foi muito gratificante, perpassada de afetividade e de respeito às diferenças, no sentido de valorizar a pessoa humana independente de sua idade, ressaltando a existência de nossos direitos.

Levando em conta nossa proposta, reportamo-nos ao nosso diário de campo, a fim de apresentar recortes das vivências mais significativas relatadas durante o acompanhamento dos Grupos de Idosos Utopia e Amizade, no sentido de compreender como o voluntário percebe o grupo de idosos e a percepção do grupo diante da atitude do voluntário.

É nossa intenção, portanto, chegar à compreensão da *relação idoso e voluntário*, identificando as características com que esse fenômeno se manifesta nos Grupos Utopia e Amizade.

2.4.1 - Desvelando sentidos das relações entre idoso e voluntário no Grupo de Convivência de Idosos Utopia

Recorte n.º 1

O Grupo já havia iniciado sua primeira reunião de 1997. A secretária Margarida combinava quem faria as tarefas durante o mês de março. Depois, informou:

- "... todas as segundas quintas-feiras dos meses serão realizados 20 minutos para reflexão e oração, 20 minutos não é nada. Quem se oferece para fazer?" (06/03/97)

Essa atitude da secretária revela uma centralização de poder e a imposição de uma atividade ao grupo, ao mesmo tempo em que apresenta uma abertura para a participação dos idosos: "quem se oferece para fazer?"

Segundo Bordenave (1985, p. 30), "... são questões-chaves na participação num grupo (...) o grau de controle do membro sobre as decisões, e quão importantes são as decisões de que se pode participar."

Sabemos que o controle dos membros de um grupo sobre as decisões que lhes dizem respeito é quase inexistente nos grupos de idosos assessorados pela ASA, conforme observamos ao longo de nosso estágio. Entretanto, o Grupo Utopia ainda parece ser aquele em que esse exercício se faz presente, apesar de alguns limites.

“A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando.” (Bordenave, 1985, p.74)

Os membros do grupo devem aproveitar as oportunidades de participação, mesmo que “concedidas”, para seu crescimento, enquanto sujeito e do próprio grupo, quebrando a dependência existente entre idoso e voluntário.

Recorte n.º 2

A assistente social colocou que tinha a intenção de fazer um planejamento para o mês de abril e que ele poderia ficar em um cartaz ao alcance de todos. Vera pergunta o que é um planejamento e para que serve. Dona Lúcia responde que serve para organizar o grupo, saber suas atividades, etc. Então pede sugestões de atividades para o ano:

Assistente Social - “Que sugestões de atividades para este ano vocês têm?”

Algumas idosas respondem - “Passeios”; “Trabalhos manuais”; “Bingos”; “Dança”; “Cantos”; “Palestras”

Sra. Valda - “Mas palestra só pode se não for chata.”

Sra. Lúcia - “Palestra é cultura.”

Assistente Social - E os trabalhos manuais? A minha sugestão é que eles sejam opcionais, pois muitas pessoas também não gostam de fazer trabalhos.”

Sra. Nadir - “É, a gente prefere conversar.” (20/03/97)

A postura do assistente social, nesse recorte, deixa em aberto a eleição das atividades por parte do grupo. O profissional apresenta sua sugestão, permitindo a manifestação da rejeição ou aceitação, que não é pura, mas seguida de uma

reflexão “palestra é cultura” ou “a gente prefere conversar”. O idoso revela, então, uma capacidade de crítica.

Esse é o sentido do “diálogo” atribuído por Almeida (1980, p.117), uma experiência que provoca um “conhecimento novo que os constrói (assistente social-cliente) e que provoca maior abertura para o mundo e para os outros.”

Isso significa, ainda, que as palestras sobre qualidade de vida, sobre cuidados com a saúde ou sobre os direitos sociais do idoso, geralmente propostas pelos assistentes sociais ou outros profissionais, têm que passar pela opção do idoso. Essa opção não representa apenas um ato cognitivo, mas é mareada pelo afeto, pela emoção, pela necessidade existencial dos sujeitos.

Retomamos, aqui, a noção de cidadania, realçada, no primeiro capítulo, enquanto uma questão que se expressa, tanto na ação política, quanto no desejo, na paixão e nas necessidades:

“Cidadania não é um modelo absoluto de felicidade, liberdade e necessidade, expurgando de todos os elementos particulares em nome da igualdade. Ela é potencialidade de ação coletiva e individual em prol do bem comum e do gozo particular. Para tanto, pressupõe a existência de comunidades livremente escolhidas, onde os homens discutem, escolhem e planejam formas plurais de vida.” (Spink, 1994, p. 153)

Recorte n.º 3

*Assistente Social - “Quantas vezes por mês será o bingo?”
Coordenadora Sara - “Duas vezes.”*

(Algumas senhoras ficam cochichando)

Sra. Cotinha - “Eu discordo, a gente não ganha rios de dinheiro, faz falta, porque a gente tem que comprar cartelas, trazer prenda. O bingo é para o passeio, mas, quando chegar o passeio eu não vou comer nas costas da outra!”

Sra. Zenaide - “E quem participa de outros grupos gasta lá também.” (20/03/97)

O assistente social tem uma intencionalidade, realizar o planejamento junto com todo o grupo, fortalecendo sua autonomia. Podemos ver como, novamente, a coordenadora centraliza a decisão. Contudo, o cochicho entre algumas idosas já é uma expressão da força de comunicação e agregação do grupo. Assim, a colocação de Dona Cotinha e Zenaide expressa a compreensão do grupo.

Intuímos, aqui, que o grupo foi espaço de possibilidade, em que o idoso teve a oportunidade de fazer uma opção distinta da proposta do voluntário.

De acordo com Almeida (1980, p.124), no diálogo, realiza-se uma síntese que se trata de um movimento de retotalização da SEP, gerada a partir de uma análise centrada na SEP como um problema (conhecimento do objeto), centrada no cliente (consciência de si) e uma análise centrada na situação social (o sujeito é ser-no-mundo).

Esse processo permite ao cliente “perceber a situação global em que se encontra ao apreender as realidades sociais situadas num contexto maior, identificar o sentido do todo, o sentido do outrem e o próprio sentido, levando-o a eleger uma alternativa e tomar uma decisão.” (Almeida, 1980, p.129)

Recorte n.º 4

Sra. Nadir - “Eu acho que quando chega dezembro o grupo acaba muito cedo.”

Coordenadora Sara - “Mas é que todo mundo tem que fazer as compras e os preparativos de Natal.”

Sra. Nadir - “A Sara então encerra, o grupo é dela, ela é a nossa chefona.”

Assistente Social - “Mas o grupo é nosso, então nós decidimos.”

Sra. Norma - “É isso aí, quem tem chefe é bandido.” (20/03/97)

Nessa situação, compreendemos, na fala de Dona Nadir, um apelo. Para ela, a vivência grupal é uma necessidade existencial de estar junto com o grupo (participação), de estar nesse espaço de encontro (afeto), num espaço de pertencimento (identidade), (Neef, 1986).

Como vimos no primeiro capítulo, as necessidades humanas revelam o ser das pessoas, enquanto carência e potencialidade, isto é, “a necessidade de participar é potencial de participação, tal como a necessidade de afeto é potencial de afeto.” (Neef, 1986, p.34)

Na forma de ironia, essa idosa revida o argumento da voluntária, razão pela qual intuímos que a idosa deseja desestabilizar o poder que aquela possui. O assistente social realiza sua intervenção na intenção de provocar a participação do grupo. Reforçando esse confronto, Dona Norma também se posiciona diante da situação de domínio.

Segundo Woytila (1982), a participação autêntica se mostra, não só na atitude de solidariedade, mas, também, na atitude de oposição. As inúmeras formas de oposição que se vêm expressando na existência humana “junto com os outros” demonstram que aqueles que se declaram em oposição não procuram afastar-se de suas comunidades.

“Pelo contrário, procuram seu próprio lugar dentro da comunidade, procuram essa participação e essa atitude dirigida ao bem comum que lhe permitirá conseguir uma participação mais completa e efetiva na comunidade.” (Woytila, 1982, p. 334).

Recorte n.º 5

Quando chegamos, o grupo planejava o passeio do dia 17/04 para a praia do Forte. Dona Zilda deu a idéia de que todos levassem bolachas ou um bolo para o café da manhã ou da tarde, a maioria concordou. Depois, disse baixinho à coordenadora do grupo: - “Sara a gente podia fazer um binguinho para fazer alguma coisa à tarde.”

Coordenadora Sara - “Eu já tinha pensado nisso, então sugere para o grupo.”

Sra. Zilda - “Pessoal, a Sara deu uma idéia de a gente fazer um bingo de R\$ 1,99.”

O grupo se divide, algumas concordam e outras não, pois o passeio poderia sair caro e, na última reunião elas haviam discutido isso. (10/04/97)

A fala de Dona Zilda revela-nos o medo de que sua sugestão fosse rejeitada pelo grupo. Buscou primeiro, uma confirmação, uma aprovação da coordenadora, para que sua proposição fosse mais facilmente aceita. A partir

disso, é que Dona Zilda se expôs. Porém, para o grupo, a aprovação da coordenadora não se constituiu em obstáculo para o questionamento, nem levou à pura aceitação da sugestão.

Recorte n.º 6

Assistente Social - “Que outras sugestões vocês teriam para as nossas reuniões?”

Sra. Orfelina - “Deveria trazer um som, uma música.”

Sra. Nelzi - “Eu também pensei em trazer, mas como aqui era Igreja pensei que não podia.”

Coordenadora Sara - “Na aula de ginástica do SUS, as mulheres compraram um aparelho de som e talvez a gente podia fazer uma promoção para comprar um pro nosso grupo. A gente pode fazer um bingo com prendas melhores e convidar a comunidade.” (10/04/97)

Nesse momento, o assistente social dá abertura para a expressão dos participantes, provocando a apresentação de uma sugestão, ao mesmo tempo em que outra idosa desvela sua percepção da Igreja como uma instituição de repressão. A necessidade colocada pela participante através do diálogo provoca o surgimento de um novo projeto.

Segundo Almeida (1980, p. 129), a construção de um projeto

“é uma atividade de criatividade gerada na seqüência do diálogo. Distingue-se por privilegiar na temporalidade a relação presente-futuro de uma proposição de intervenção na realidade objetivada - uma práxis humana (conhecer-saber-agir).”

Recorte n.º 7

Nessa reunião, a professora de Dança Sênior, Renata, convidou o grupo para realizar uma apresentação em uma das tardes de Convivência na UDESC, que acontecerá nos dias 09 e 10 de julho. Assim comenta: - “O grupo pode ensaiar uma dança e apresentar, se tiver interesse, só precisaria de mais frequência nos ensaios.”

Sra. Lúcia - “Eu acho bom.”

Sra. Zenaide - “Eu também quero!”

Sra. Lúcia - “Mas a última palavra tem que ser das nossas coordenadoras.”

Coordenadora Sara - “Quem vai decidir é todo o grupo, a gente nunca decide sozinha.”

Sra. Lúcia - “Se as coordenadoras permitir, nós ensaiaremos e depois teria uma avaliação para ver se tivermos bem, para não dar vexame, ir mal organizado.”

Professora Renata - “Não é necessário se preocupar com a perfeição, com os ensaios o grupo vai aprendendo.” (19/06/97)

Durante essa reunião, a professora de Dança Sênior, observando a participação do grupo, e sua demonstração de satisfação com a atividade, sugere uma apresentação para outros grupos. Atuando junto com o projeto da equipe da ASA, a professora coloca a liberdade de escolha do grupo. O desejo de apresentar-se logo é manifesto por Dona Zenaide, mas a postura de Dona Lúcia, mais uma vez, remete e fortalece o poder de decisão da coordenadora, que devolve esse poder ao grupo.

Segundo Bordenave (1985), as instituições sociais são uma força atuante nos grupos humanos. Nosso comportamento é fortemente influenciado pela

família, pela educação, pela religião, pela segurança, etc., instituições sociais que possuem seus próprios dogmas e normas.

“Esses dogmas e normas vêm canalizados e organizados pela tradição, pela cultura. (...) Nós costumamos deixar que uns poucos se encarreguem das decisões e das atividades, reservando-nos apenas o direito de criticar seu desempenho.”
(Bordenave, 1985, p.48)

Por outro lado, a fala de Dona Lúcia significa uma preocupação em realizar bem o projeto, preservando a imagem do grupo, uma avaliação que, segundo ela, deve ser feita pelas dirigentes do grupo. Sua preocupação expressa a necessidade de avaliar-se, de reconhecer-se e ser coerente (Neef, 1986).

É possível identificar, nesse momento, como a vida participativa é paradoxal, à medida em que os sujeitos existem com e contra o outro ao mesmo tempo.

Recorte n.º 8

Avaliando a gincana da UDESC, o Assistente Social pergunta:
- *“Há mais alguma coisa que deixou a desejar?”* Dona Zenaide respondeu:

- *“O som estava péssimo, a voz ficava ruim, e não dava para entender.”* Dona Lúcia também faz sua avaliação:- *“Todos lá foram muito atenciosos, achei aqueles jovens muito queridos, eles ali se dedicando ao idoso.”*

O Assistente Social explica que eram estudantes de Educação Física e de Fisioterapia da UDESC, depois comenta que vai

levar essa avaliação para a equipe da UDESC. Dona Lúcia continua:

- "A equipe foi muito atenciosa, no final vieram agradecer a nossa participação. O idoso gosta de sentir carinho, em casa até existe um pouco de respeito, mas fora... Então quando a gente sente que é respeitado faz a gente crescer, foi isso que eu senti lá." (17/07/97)

Há, primeiramente, uma posição de crítica quanto à estrutura física de um encontro de idosos. Contudo, o significado da avaliação feita por Dona Lúcia tem um sentido existencial, dando ênfase à relação de reconhecimento do idoso pelo jovem, quando, na realidade, é comum que essa relação seja distinta, permeada por conflitos entre as gerações. A dedicação dos estudantes aparece como revelação de um novo enfoque: uma transformação nas relações entre jovens e idosos.

A fala de Dona Lúcia denota, então, a vivência anterior de preconceito em relação ao idoso, principalmente por parte dos mais jovens, que vêem a velhice como um processo contínuo de perdas (da utilidade, da eficiência, da força, da juventude e da beleza), um período de dependência e passividade.

Quando o assistente social ressalta o retorno dessa reflexão à equipe da UDESC, a questão afetiva reaparece nas palavras de Dona Lúcia. Isso nos revela que qualidade de vida é também a satisfação das necessidades existenciais, necessidade de ser respeitado, de ser bem recebido, ser estimado e crescer como ser humano (Neef, 1986).

Recorte n.º 9

Quando cheguei, o grupo já estava reunido, e, então, a secretária Margarida disse:

- “Chegou a nossa assistente social, mas, como ela não chegou antes, nós começamos sem ela mesmo.”

O grupo estava fazendo uma avaliação desde o seu início, há dois anos atrás e Margarida levantou algumas questões como: Por que entrou no grupo? Quem convidou? O que está achando? Como se sente? Mas a maioria já tinha respondido. Margarida comentava que estava muito feliz: “Isso é prova de que o nosso grupo vai continuar”. Dona Zenaide me diz: - “As respostas que saíram, Cristiane, foi que a gente veio para o grupo para andar na estrada, se distrair, tomar café, passear, ver o moço que traz o pão.” A Sra. Sandra completou: “E todo mundo tá feliz no grupo!”

Dona Márcia diz: - “Agora, nós queremos saber da coordenadora o que ela acha do grupo”. Todas apoiaram. Margarida continua: “Como te sentes no grupo? Queremos saber se estás contente com nós.” A coordenadora Sara responde:

- “Eu gosto muito e gosto de fazer o meu trabalho, queria agradecer por tudo e dizer que vocês também podem escolher outra coordenadora.” Margarida fala:

- “Acho importante a sinceridade na terceira idade, porque nós estamos mais prá lá do que prá cá.”. (23/10/97)

A partir desse relato, intuímos que o grupo já adquiriu uma certa autonomia, chegando à determinação de avaliar-se e avaliar a própria posição do coordenador.

A situação descrita caracteriza, ao nosso ver, um Retorno-Reflexivo, em que os participantes do Grupo Utopia buscaram compreender os motivos que os levaram a participar, e o sentido dessa vivência. Ao questionarem os motivos e os

sentidos, religam as dimensões de passado e futuro da vivência grupal, reafirmando o projeto de continuidade do grupo.

Embora nos tenhamos voltado para o Grupo de Convivência de Idosos Utopia até agora, no esforço de compreender a relação entre idosos e voluntários, procuraremos desvelar, no próximo item, a estrutura desse fenômeno no Grupo Amizade, cujas situações configuram um significado distinto.

2.4.2 - Desvelando sentidos das relações entre idoso e voluntário no Grupo de Convivência de Idosos Amizade

Recorte n.º 1

Sra. Selma - “Nós adoramos a Dona Nivalda e a Nilza, sem elas eu não sei o que seria do grupo.” - referindo-se à coordenadora e voluntária.

Assistente Social - Mas o grupo não é da Nilza, nem da Dona Nivalda, o grupo na verdade é formado por todas e todas tem o direito de participar...”

Voluntária Nilza - “Mas eu digo isso para elas, tem algumas que são acanhadas. Eu falo que nunca é tarde para aprender, mas elas dizem que são velhas.” (09/05/97)

Partindo da fala da Sra. Selma, compreendemos como o grupo está centrado na pessoa da coordenadora e voluntária, revelando uma participação inautêntica. O ser “acanhada” está relacionado ao conformismo, e poderia ser compreendido teoricamente como o sujeito que não participa e se conforma com

a tomada de decisão por parte da coordenadora ou por membros mais ativos do grupo.

A participação autêntica torna-se prejudicada, quando as atitudes de solidariedade e oposição são substituídas por atitudes não autênticas: o conformismo é a evasão ou falta de compromisso (Woytila, 1982).

“... o conformismo consiste principalmente numa atitude de obediência ou resignação numa forma específica de passividade que faz com que o homem-indivíduo seja unicamente o sujeito do que acontece, em vez de ser o autor ou o agente responsável da formação de suas próprias atitudes e de seu próprio compromisso com a comunidade. O homem-indivíduo não chega a aceitar sua parte na construção da comunidade e se deixa levar com e pela massa.” (Woytila, 1982, p. 337).

O assistente social procurou despertar um “sentimento de nós” ao delegar o poder de participar a todas as idosas, independente da função assumida no grupo. Apesar da voluntária “acreditar” na proposta de uma participação mais autêntica, essa compreensão era apenas a nível intelectual, na medida em que essa centralizava as decisões e a execução das atividades durante as reuniões. A nível afetivo - fortalecendo e motivando a tomada de decisões pelo grupo - e a nível da ação - garantindo essa possibilidade - um discurso que ainda não passou pela totalidade do ser.

Uma outra visada sobre o relato permite-nos compreender que o fato de serem “velhas” constitui uma justificativa de demissão da participação. Além disso, há um outro patamar de análise.

De acordo com a reflexão de Neri (1992) e Fraiman (1991), apresentada anteriormente, as diferenças de idade e a própria demarcação da vida humana por etapas é uma invenção social, que estabelece parâmetros para as normas de status e papéis, as relações interpessoais e processos de sociabilidade.

Por enquadrar o indivíduo em uma categoria, a sociedade acaba por desconsiderá-lo enquanto pessoa. Acreditamos que, em parte, isso é consequência do referencial adotado pela família, pelo Estado e pela sociedade em geral, que vê a velhice como um tempo de descanso, e o idoso como um sujeito passivo, dependente, imobilizado, incapaz de participar, que acaba incorporando essa ideologia.

Assim, a velhice, enquanto uma justificativa para não participar, não passa somente por uma perspectiva pessoal-existencial. Essa significação não ocorre por mero acaso, há um componente ideológico, que perpassa o imaginário da sociedade e que é legitimado pelo próprio idoso.

Recorte n.º 2

Conversando sobre a possibilidade de eu fazer estágio no grupo todas as sextas-feiras, coordenadora e voluntária respondem:

Coordenadora Nivalda - "Sabes dançar quadrilha para ajudar a ensaiar o grupo?"

A estagiária responde: - "Eu posso até ajudar"

Voluntária Nilza - "É que em junho vamos apresentar a quadrilha para dois grupos que vêm nos visitar e têm que obrigar elas a dançar, por elas na fila, porque, muitas não conseguem. Tem que ter rédea curta com elas, porque se não for assim, elas não ficam quietas."

A estagiária comenta: - "Mas isso é um exercício, não podemos obrigar ninguém a fazer o que não querem."

Assistente Social - "E quantas vezes no mês vocês fazem a missa aqui no grupo?"

Voluntária Nilza - "São duas vezes no mês, nas outras duas reuniões tem celebração eucarística, porque a Dona Nivalda é ministra da eucaristia e, para ela, o mais importante é isso. Eu já tentei tirar a missa em dia que tem muitas atividades, mas Dona Nivalda diz que isso é o mais importante."

A estagiária pergunta: - "E o grupo não decide o que é mais importante?"

Voluntária Nilza - Antes a missa era às 17:00h, mas Dona Nivalda viu que a maioria dos idosos ia embora e então passou para às 14:00h, para todas participarem da missa. Nós já tentamos fazer com que todas digam o que acham, mas aí vira bagunça e quando é para puxar pela cabeça, elas são mais difíceis. Se a gente não fizer, não sai nada." (09/05/97)

Embora a proposição de nosso estágio no grupo não passasse pela realização desse tipo de atividade (ensaiar a quadrilha), aproveitamos essa abertura para mostrar nossa intencionalidade.

Observamos, logo de início, que a percepção do voluntário sobre o processo de envelhecimento, do papel do idoso e de seu próprio papel no grupo difere de nosso entendimento. Num segundo momento desse diálogo, percebemos como as atividades do grupo são eleitas em função de um valor pessoal da coordenadora, e como a forma de avaliar a evasão dos idosos na missa das 17:00 horas não foi realizada com o grupo.

Observando as falas - “tem que obrigar elas”, “ter rédea curta”, “para ela o mais importante é isso”, “se a gente não fizer não sai” - acreditamos que essa relação possui uma marca de autoritarismo. Ao nosso entender, a participação foi negada, pois ela é sinônimo de “bagunça”, o que não é admitido no grupo. Essa postura pode significar o medo da oposição, já que participação não pressupõe apenas solidariedade. Por fim, defende uma concepção contrária à exposta no recorte anterior “eu digo isso para elas” (que todas devem participar). O voluntário legitima seu poder e acredita que, sem ele, não há grupo, negando, assim, as potencialidades existentes, o que implica, também, a negação da participação dos demais membros do grupo.

Woytila (1982, p. 320) nos diz que,

“O individualismo limita a participação na medida em que isola a pessoa, que entende-se unicamente como indivíduo se concentrando sobre si mesmo e sobre seu próprio bem, que considera-se também isoladamente do bem dos demais e da comunidade.”

Recorte n.º 3

Conversando com uma senhora durante o café, pergunto: - “A senhora participa só desse grupo?”

Sra. Fernanda: - “Não, eu também participo lá no Caieira, o grupo da Dona Marcela, é da Prefeitura. E também do CSU.”

Estagiária: - “E a senhora tem preferência por algum?”

Sra. Fernanda - “Esse grupo só é bom por causa da mensalidade, mas elas são muito exigentes, tem horário a cumprir, a gente não pode sair um pouco mais cedo para pegar

o ônibus e chegar mais cedo em casa no inverno. Elas só querem fazer trabalho, não fazem bingo. Eu sei que os passeios precisam desse dinheiro, mas são muito exigentes. Mas tu não comenta nada com ninguém. Por favor não diz nada, aqui elas adoram o grupo, acho que é porque só participam desse, não fazem outra coisa.”

A estagiária comenta: - “Eu também já tinha percebido isso, e é por esse motivo que eu estou acompanhando o grupo todas as sextas, para procurar trabalhar essa questão com as idosas e também com as voluntárias.” (16/05/97)

Durante o diálogo, uma situação existencial foi problematizada pela idosa, que atribuiu um significado ao Grupo Amizade, face à provocação da estagiária. Emerge uma capacidade crítica em Dona Fernanda a partir de sua participação em outros grupos, em que vivencia experiências distintas. Ela consegue, ainda, compreender porque existem atitudes de conformismo e evasão no Grupo de Convivência de Idoso Amizade. As idosas que só participam desse não se apropriaram, ainda, de outros espaços para encontrar-se, criar vínculos, aprender, enfim participar; por isso não conseguem fazer essa comparação e não aceitam a crítica.

Como vimos, participação é conquista, processo que está sempre se fazendo, que exige envolvimento e compromisso; por isso as pessoas acomodam-se e preferem receber as coisas prontas (Demo, 1993).

A participação por nós defendida é um caminho cuja prática envolve a satisfação das necessidades de interação com outros homens, “a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e ainda a valorização de si mesmo pelos outros.” (Bordenave, 1985, p. 16).

Recorte n.º 4

Após a missa, fomos para o Salão Paroquial. Disse à Dona Nivalda (coordenadora) que poderíamos ensaiar a quadrilha, mesmo sem a voluntária Nilza, pois eu sabia. Ela responde: - “Não, é melhor esperar a Nilza, vamos arrumar as cadeiras.” Comecei a formar um círculo, mas ela impediu, falou que queria as cadeiras de frente para ela. Mas as idosas acabaram formando um círculo sozinhas.

Coordenadora Nivalda - “Vamos conversar um pouco. Como vocês sabem, aqui no Grupo todo mundo é livre, se quiser trabalhar, trabalha, se quiser conversar, pode ficar conversando. Ninguém é obrigado a nada, esse é o nosso lema, o grupo é de vocês. Então o que eu quero saber é se está todo mundo contente ou tem alguma coisa prá dizer.”

Sra. Aline - “Tá tudo ótimo!”;

Sra. Leila - “Nossa, eu adoro esse grupo e adoro a senhora.”

Coordenadora Nivalda - “E os trabalhos?”

Sra. Aline - “A gente adora fazer os trabalhos.”

Enquanto algumas idosas estavam ensaiando a quadrilha, a coordenadora Nivalda diz (em tom alto e severo): - “Quem não está dançando a quadrilha, vai fazer trabalho manual!” (23/05/97)

A coordenadora se apropria de um discurso que é legitimado pelo próprio grupo, que ainda não possui maturidade para avaliar-se profundamente, para colocar-se. É interessante observar que, em vários momentos durante as reuniões do Grupo Amizade, eram apreciadas conversas com queixas, medos ou brincadeiras sobre a postura dos voluntários ou sobre as atividades realizadas. Entretanto, essa abertura ainda não foi proposta de fato. Quando Dona Nivalda fala (de pé, em um tom de voz alto e severo), inibe qualquer posicionamento contra. Embora algumas idosas se coloquem, não há, em nenhum momento, um sentido profundo de avaliação.

Novamente, há a busca de uma reflexão, de caráter intelectual que supõe liberdade, “todo mundo pode falar”, “ninguém é obrigado a nada, esse é o nosso lema”, mas que, a nível de ação, tem sentido inverso, de inibição: “quem não está dançando a quadrilha vai fazer trabalho manual!”.

Recorte n.º 5

A coordenadora Nivalda conversava com as idosas na igreja. Enquanto não começava o culto dizia:

- “Eu já estou dez anos com vocês, não é por nada, eu adoro vocês, porém vocês não cooperam com a gente, não prestam atenção. Pode conversar depois lá atrás, menos fuchico, é coisa feia. Então, vamos combinar uma coisa, porque já estou com minha garganta cansada e perdendo minha voz. Quando eu disser ‘Deu!’ é para parar de conversar. Eu sou uma só e vocês são sessenta. Lá atrás pode falar, menos na hora do ensaio e da chamada. O grupo só funciona se todos trabalham em comum. É tão bonito, quando um pai com os filhos ficam em harmonia e eu acho que a minha filharada já tá tudo grande, não precisa ficar brigando.” (28/05/97)

A respeito desse relato, compreendemos que a relação voluntária e idoso é perpassada pelo paternalismo e pelo autoritarismo.

Os satisfatores - formas de ser, ter, fazer e estar, de caráter individual ou coletivo que conduzem à satisfação das necessidades existenciais - são divididos em cinco tipos: violadores ou destruidores, pseudo-satisfatores, inibidores, singulares e sinérgicos (Neef 1986).

Relacionamos o recorte número cinco com os satisfatores violadores, colocando que, segundo Neef (1986, p. 43), esses satisfatores existem “com o pretexto de satisfazer uma determinada necessidade, mas não só aniquilam a possibilidade de sua satisfação em um prazo imediato ou mediato, como também impossibilitam a satisfação de outras necessidades.”

Nesse sentido, o autoritarismo é um suposto satisfator com a finalidade de satisfazer as necessidades de proteção, mas que não só encerra sua real satisfação, mas também impossibilita a satisfação de outras necessidades como o afeto, a participação, a criatividade, a liberdade, etc.

Por outro lado, a situação problematizada denota, também, a existência de satisfatores inibidores. “Os satisfatores inibidores são aqueles que pelo modo em que satisfazem uma necessidade determinada dificultam seriamente a possibilidade de satisfazer outras necessidades.” (Neef, 1986, p. 45)

O paternalismo é um desses satisfatores, que inibe a satisfação de outras necessidades como a liberdade, a participação, a identidade, etc.

Além disso, a compreensão apresentada aponta para a necessidade de divisão das tarefas, no sentido de não centralizar todas as funções na pessoa da coordenadora e voluntária, ampliando o espaço de execução das atividades e, conseqüentemente, o compromisso de todo o grupo.

Recorte n.º 6

Antes do café, a voluntária Nilza propôs que a partir de hoje, as idosas auxiliem e participem da preparação do ambiente da reunião, do café, na recepção das colegas, na oração, etc.

- “Porque isso é participação, uma dá as boas-vindas, a outra ajuda a colocar a mesa, secar a louça, mas, para isso, a gente precisa de voluntárias. Não quero ver ninguém dizendo que eu estou mandando ou obrigando alguém a fazer as coisas que já nem faz mais em casa. Cada um dentro de suas possibilidades. É um trabalho de doação e participação no grupo. Quem quiser pode dar o nome para a Cristiane.” (25/07/97)

Essa postura aponta para uma mudança de atitude adotada pela voluntária após sua participação no Curso de Formação dos Dinamizadores da Comarca da Ilha e do Estreito em junho de 1997. No curso, foram abordadas questões como papel do idoso, do voluntário, planejamento, execução e avaliação das atividades em conjunto.

Entretanto, compreendemos que a voluntária ainda não percebeu a proposta apresentada no Curso de Formação. A estratégia de divisão de tarefas não foi sugerida ao grupo, tampouco discutida com este, revelando novamente a imposição da voluntária.

Nos momentos em que a estagiária estava presente no grupo, eram divididas as tarefas, discutidas as atividades e, quando possível, fazíamos uma avaliação, pois houve momentos em que coordenadora e voluntária não identificavam essa necessidade e eram apoiadas pelo grupo.

Sobre essa questão, Bordenave (1985, p. 44-45) observa que “um aspecto importante da participação é a distribuição de funções. (...) Na medida em que a estrutura de uma organização seja flexível e descentralizada, a participação desenvolve-se mais naturalmente.”

Recorte n.º 7

Quando os participantes do Grupo Amizade já haviam ido embora, dona Adriana, também membro do Grupo e participante do Grupo do Morro das Pedras e do CSU, veio ao meu encontro e me disse:

- “Sabias que Dona Nivalda (coordenadora) não deixou eu ir no passeio? Ela disse que eu faltei muito, mas eu expliquei para ela qual era o motivo (estava doente). Trouxe até o dinheiro para pagar a mensalidade de agosto. Eu acho que o grupo não é escola, nem trabalho que tem hora certa para ir e também o grupo não é dela, é nosso! Mas deixa, eu vou rezar por mim e por ela. Nem parece que anda tanto na Igreja!” Disse a Dona Adriana que poderíamos falar sobre isso na avaliação do passeio e que ela deveria nos acompanhar até Joinville. Mas ela disse: - “Deixa, eu não quero ir, eu quero esperar.” (05/09/97)

Há, nessa situação, a compreensão de duas questões. A primeira é que todo grupo possui regras, implícitas ou explícitas, que devem estar sempre sendo discutidas e eleitas pelo grupo e em função de todo o grupo, para que, legitimadas por ele, favoreçam seu crescimento e amadurecimento. É necessário questionar, então, se os idosos tinham conhecimento dessa regra a respeito das faltas. Em outras palavras, se essa discussão foi realizada no grupo. Pensamos que isso não ocorreu, pois o Estatuto do Grupo foi simplesmente entregue às idosas, sem ser

construído em conjunto, além de ser utilizado como um instrumento de domínio. Quando o grupo se submete ao dogmatismo do estatuto e, nessa ordem, este tem um efeito perverso, legitima o autoritarismo, não favorecendo uma relação fundada na compreensão, nos vínculos afetivos, numa estética das relações e no próprio bem-estar dos sujeitos.

A segunda questão é a própria posição crítica da idosa que se vê no direito de argumentar suas faltas, no dever de prestar contas atrasadas e, sobretudo, sobre o significado do grupo para ela. O grupo não aparece como espaço de encontro, de satisfação, de abertura, de opção, mas como uma experiência de coerção como a escola, ou de disciplina como o trabalho.

É importante registrar que a Sra. Adriana participou de somente mais uma reunião do grupo e pediu-nos para não levantarmos nenhuma questão a respeito do acontecido.

A voluntária nos informou que a idosa já possuía muitas faltas e, de acordo com o estatuto do grupo, não poderia ir ao passeio. Essa questão, ou seja, a construção do estatuto para o grupo foi um dos assuntos levantados durante os Cursos de Formação da ASA. Contudo, a coordenadora desse grupo também não compreendeu nossa intenção e elaborou sozinha o estatuto.

Após o ocorrido, a idosa abandonou o grupo, uma atitude de evasão e não de oposição, inviabilizando a verdadeira participação.

2.5 - Síntese compreensiva-interpretativa da experiência vivenciada

Na intenção de voltarmos-nos para uma retotalização do fenômeno estudado, compreendemos que a relação idoso e voluntário, nos dois Grupos de Convivência por nós acompanhados, apresentaram um sentido distinto.

Desde o início, propusemos o grupo de convivência de idosos como um espaço de atuar e existir junto com o outro, onde o idoso pode constituir-se enquanto pessoa, formar comunidade e fazer história.

A partir dessa compreensão, apresentamos a participação como uma necessidade e, ao mesmo, tempo como um caminho para a auto-realização da pessoa na ação.

Contudo, as duas experiências vivenciadas demonstraram como a estrutura da relação idoso e voluntário construíram vivências da participação de formas diferenciadas.

No Grupo de Convivência de Idosos Utopia, embora não exista uma participação plena e acabada, já que está em constante vir-a-ser, aparece uma participação com características de maior autenticidade. Há uma abertura, que permite ao grupo, como um todo, a possibilidade de criar e recriar, de auto-expressão, de solidariedade, de contraponto e até de oposição.

Segundo Woytila (1982), a participação autêntica se faz a partir das atitudes de solidariedade e oposição:

“A atitude de solidariedade é, por dizer de algum modo, consequência natural do fato em que os seres humanos vivem e atuam juntos; é a atitude de uma comunidade na qual o bem comum condiciona adequadamente e inicia a participação (...) solidariedade significa uma disposição constante de aceitar e de realizar a parte que a cada um lhe corresponde na comunidade - como consequência da condição do membro dessa comunidade particular.” (Woytila, 1982, p. 332).

A proposta do autor consiste, portanto, na disposição de todos os membros de uma comunidade complementar, mediante sua ação, o que fazem os demais membros da comunidade. Para Woytila (1982), a atitude de solidariedade não se contradiz com a atitude de oposição, pois esta última significa não rechaçar sua condição de membro de uma comunidade, não retirar sua disposição para atuar e trabalhar por ela.

“A atitude de oposição está em união, por um lado, com o ponto de vista particular que tenha da comunidade e do que é bom para ela e por outro lado, com a forte necessidade de participar em uma existência comum com os demais...” (Woytila, 1982, p. 334).

Já no Grupo de Convivência de Idosos Amizade, há um outro sentido de participação, marcada pela dominação, pela centralização do poder, pelo conformismo e até pela evasão. Nesse grupo, configurou-se uma participação inautêntica, pois é negado ao idoso o espaço para expressar suas necessidades e sua compreensão sobre a vivência grupal.

Enquanto as atitudes de solidariedade e oposição tornam possível a participação e a transcendência da pessoa na ação, as atitudes de conformismo e ausência de compromisso ou evasão caracterizam a participação inautêntica.

O conformismo não implica somente a submissão da pessoa aos demais membros da comunidade; “consiste na renúncia definitiva de procurar uma auto-realização em e através da atuação ‘junto com outros’.” Já a evasão “no é mais que uma retirada, às vezes para manifestar um protesto, porém, ainda nesse caso, falta o interesse ativo da participação; consiste em uma falta de participação e em estar ausente da comunidade.” (Woytila, 1982, p. 339)

Assim, o grupo é uma experiência que não favorece uma vida com maior qualidade, tampouco a oportunidade para que os sujeitos possam constituir-se enquanto pessoa; ao contrário, reforça uma violência que está posta no mundo.

O assistente social deve ter clareza de que esses processos podem tanto retroceder quanto progredir, de acordo com a dinâmica existente e, sobretudo, pela atitude e modo de ser do voluntário, pois, em nossa compreensão, o fenômeno é perpassado por aspectos da personalidade das lideranças desses grupos.

Segundo Bordenave (1985), a participação pode ser facilitada, quando a liderança ou a direção de um grupo é democrática, enquanto o tipo autocrático ou centralizado a inibe ou dificulta.

“A atmosfera geral de um grupo deriva em parte do estilo de liderança existente e que pode ser autoritário, democrático ou permissivo (laissez-faire). Tal atmosfera afetará tanto a produtividade do grupo como o grau de satisfação e de responsabilidade de seus membros.” (Bordenave, 1985, p. 49).

Portanto, motivar a participação exige aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas, em pessoas ativas e críticas, ocasionando, conseqüentemente, uma descentralização e distribuição do poder, antes concentrado numa autoridade ou num grupo pequeno. A participação, enquanto uma tarefa coletiva, deve passar pela “distribuição de funções e a coordenação dos esforços individuais, o que demanda organização.” (Bordenave, 1985, p.77-79)

Os Cursos de Formação de Dinamizadores, voltados especificamente ao treinamento e formação dos coordenadores e voluntários que atuam nos grupos de convivência de idosos, têm esse propósito, a capacitação dos dinamizadores para o atendimento qualificado à pessoa idosa, desenvolvendo uma melhor imagem sobre o processo de envelhecimento, e despertando iniciativas e lideranças que determinem conquistas de direitos.

Desse modo, é necessário retomar o projeto da ASA e avaliar até que ponto há uma transformação na qualidade da participação nos grupos de convivência de idosos, na compreensão do processo de envelhecimento e na relação idoso e voluntário.

Os coordenadores e voluntários dos dois grupos de convivência de idosos por nós estudados participam dos Cursos de Formação realizados pela ASA. No Grupo Utopia, existe uma assessoria direta, semanal, do assistente social há três anos, já o Grupo Amizade teve o acompanhamento da estagiária somente durante oito meses, o que revela que a qualidade dessa relação idoso e voluntário sofre uma influência da ação do profissional. Isso reforça a demanda da assessoria do Serviço Social nos grupos de convivência de idosos. Compreendemos que a transformação de um modo de ser, de uma atitude, não se faz apenas via treinamento, mas no cotidiano, no mundo da relação; do contrário, é possível que continue a existir uma compreensão somente a nível intelectual e não a nível afetivo e da ação. Nesse processo, o assistente social tem muito a contribuir, sendo o provocador de uma participação mais autêntica, de uma consciência crítico-reflexiva, que permita ao idoso exercer seus direitos sociais, satisfazer suas necessidades humanas e constituir-se enquanto pessoa e o grupo enquanto comunidade.

Entendendo a participação como uma necessidade do ser humano, iremos tematizar, no próximo capítulo, como se apresenta o fenômeno da participação dos homens nos grupos de convivência de idosos.

CAPÍTULO 3

TEMATIZANDO A PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS

NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

3.1- Motivos da não participação dos homens nos Grupos de Convivência de Idosos

Durante nosso período de estágio, acompanhamos, semanalmente, os Grupos de Convivência de Idosos Utopia (comunidade da Coloninha) e Amizade (comunidade do Saco Grande I), constituídos, exclusivamente por mulheres.

Contudo, ao longo de nossa vivência, enquanto estagiária, visitando grupos de convivência da Arquidiocese de Florianópolis assessorados pela ASA, conhecemos, também, grupos constituídos por homens, o que nos suscitou o interesse em compreendermos os motivos e significados dessa participação, ora masculina e ora feminina, nesses espaços de convivência.

Entrevistamos, primeiramente, três idosos que não participam dos Grupos de Convivência, Utopia e Amizade, apesar de residirem nas comunidades da Coloninha e do Saco Grande I, respectivamente. As entrevistas foram marcadas através de suas esposas, que participam desses grupos. Descreveremos, a seguir, seus depoimentos, expressos durante as entrevistas.

Conversamos com Sr. Nilo, 73 anos, comerciante e aposentado desde 1988, casado há cinquenta anos com Dona Conceição, do lar e participante do Grupo Utopia.

Sr. Nilo expressa o motivo de sua não participação nas seguintes falas:

“Eu vou ali fazer o quê? Não tem mais ninguém no meio daquela mulherada, que vão bordar, outras vão costurar, pintar... Se todos os homens fossem, tá certo. Todos não, mas se tivesse uns dez ou vinte, eu me animava a ir, o que eu vou fazer ali?”

Parece-nos que a inexistência de atividades que justifiquem sua presença no grupo é um motivo para sua não participação no grupo, já que a maioria delas são habilidades desenvolvidas por mulheres (bordado, costura, pintura, etc.). O fato de não existirem outros homens no grupo também acaba desmotivando sua participação. Para o Sr. Nilo, o motivo de outros homens também não participarem é o mesmo motivo pelo qual ele não participa.

“Acho que são tudo igual a mim, não gostam, não tem ambiente para eles ali. Eu acho que a gente pra participar de um grupo tem que ter alguma atividade. No caso dela (esposa), ela pinta, ela borda, o que eu vou fazer lá?”

A ênfase que é dada aos trabalhos manuais demonstra como a participação dos homens é limitada nos grupos de idosos, fazendo com que esse se limite a um espaço, em sua maioria ocupado por mulheres, atribuindo, assim, um caráter feminino ao grupo.

Tal compreensão nos remete às colocações de Fraiman (1991) e Brito da Motta (1996), quando se referem aos interesses generalizados que as mulheres desenvolvem durante suas vidas, principalmente pelas atividades relacionadas ao universo doméstico. A mulher, durante sua vida, dispõe de maior autonomia dentro de casa, na ocupação de espaço e tempo, desenvolve amizades na vizinhança e esse tempo pessoal/privado pode ser mais facilmente transladado para o comunitário ou cultural.

O Sr. Nilo coloca sua compreensão sobre a participação das mulheres nos grupos de convivência:

“Tenho a impressão de que elas participam mais do grupo, porque elas querem mais tá fora de casa. De manhã ela faz tudo aqui em casa, a tarde não tem mais o que fazer. Então vai ficar aqui comigo dentro de casa fazendo o que? Acho bom que ela vá pra lá, e eu fico aqui a vontade também. Às vezes eu saio, vou ver meus amigos, vou no centro, conversar na Praça XV. Não sou contra que ela vá no grupo, mas eu não me acho gente para ir lá, não tenho vontade. Eu gosto de sentar numa rodinha e falar de futebol, mas chega lá vou falar com quem? Então eu fico mais caseiro.”

Nessa fala, Sr. Nilo evidencia que as mulheres, nessa fase da vida, buscam fora do lar a ocupação do tempo que antes era dedicado aos filhos, ao marido e à casa. Sobre essa questão, Magalhães (1991) e Debert (1992) nos dizem que as mulheres definem projetos em função da liberdade de pensar e agir, buscando, nesses espaços de convivência, realizar anseios de liberação social, sexual e

cultural, em oposição à liberdade que lhes foi negada pelos pais, maridos e até mesmo filhos.

Ao mesmo tempo, os homens, agora aposentados e de volta ao lar, tornam-se mais caseiros, na intenção de usufruir o descanso e a liberdade sonhada para o tempo da aposentadoria.

Uma outra leitura nos permite, ainda, ver que tanto os homens como as mulheres ocupam espaços sociais distintos e possuem modos de ser e interagir diferentes, pois lhes são atribuídos “papéis de gênero” (Brasil, 1995).

Quando conversamos sobre como ele se sente hoje, o Sr. Nilo respondeu:

“Eu me sinto feliz. Graças a Deus tenho saúde, meus filhos estão todos casados bem de vida, não tenho nenhuma incomodação me dou bem com minha família, o que eu ganho é o suficiente para mim viver tranquilo. Às vezes, eu fico chateado porque não tô fazendo nada, mas não quero me incomodar. Tô muito bem assim como eu estou.”

Compreendemos que o Sr. Nilo demonstra estar satisfeito com sua vida e, principalmente, com seu relacionamento familiar, o que pode significar que não existe a necessidade de participar de um grupo de convivência, cuja demanda, na sua maioria é caracterizada por pessoas que sofreram profundas modificações familiares como viuvez, ausência dos filhos ou afastamento do próprio cônjuge.

Contudo, o Sr. Nilo menciona ficar “chateado” por não fazer nada. Para Fraiman (1991), esse vazio não está relacionado somente à aposentadoria;

geralmente “o nosso aposentado padece de desocupação e da inutilidade”. Segundo a autora, isso ocorre porque “a ocupação, a superlotação da vida de trabalho não nos permite avaliar a fundo o quanto vivemos habituados às insatisfações e o quanto de trabalho que fazemos já é inútil.” (Fraiman, 1991, p. 114)

Assim, parece-nos que o Sr. Nilo possui uma vida com certa qualidade e encontra a satisfação de suas necessidades existenciais (participação, liberdade, identidade, ócio, etc.) em outros espaços de encontro, que não é, necessariamente, o grupo de convivência. Essa experiência pode ser vivida, também, na praça, onde ele está junto com outros iguais e, portanto com eles, se identifica; onde senta “numa rodinha” para compartilhar, discordar e dialogar, satisfazendo suas necessidades de participação, de criação, de identidade e liberdade (Neef, 1986).

O segundo sujeito de nossa pesquisa foi o Sr. Renato, 71 anos, mecânico, aposentado desde 1979, casado há cinquenta anos com dona Maria, do lar e participante do Grupo Utopia, Coloninha. Para o Sr. Renato, a não participação nos grupos de convivência se dá pelos seguintes motivos:

“Eu sempre trabalhei, agora aos sábados e, às vezes, aos domingos, pego os carros da Vidraçaria São Mateus para arrumar. Já a mulher tem mais tempo. Eu tô sempre esperando aparecer algo. O que eu digo é o tempo, a gente tá sempre trabalhando. Desde 79, nunca parei de trabalhar, sempre fui empregado de firma, depois fui trabalhar na Prefeitura e saí em

91, o pessoal não gostava de mim, queriam fazer greve e eu dizia 'se vocês querem fazer greve pode fazer que eu cuido do meu serviço'. (...) Eu sou novo ainda, deixa eu fazer cem anos, daí eu vou."

Essa valorização que seu Renato atribui ao trabalho faz com que sua participação no grupo não seja uma prioridade. Citando Zanelli (1996:18), entendemos que,

"do ponto de vista social, o trabalho é o principal regulador da organização da vida humana. Horários, atividades, relacionamentos pessoais são determinados conforme as exigências do trabalho. Como tem sido visto, isso dificulta as pessoas preocuparem-se consigo mesmas."

A partir dessa compreensão e a de outros autores já explicitados em nosso primeiro capítulo, percebemos como o trabalho representa uma atividade central na vida do homem. Apesar da exploração e da alienação existentes, o trabalho continua proporcionando relacionamentos interpessoais, troca de experiências humanas e identificação social. Por isso, "parece que a perda do trabalho é significativamente mais danosa para o homem" (Salgado, 1982), que durante toda a vida foi preparado para o mercado, enquanto que as mulheres continuaram ligadas ao trabalho doméstico e às estruturas de sociabilidade familiar e de vizinhança (Magalhães, 1991).

Percebemos, também, a resistência por parte de seu Renato em participar de um grupo por considerar-se “novo ainda”. A esse respeito, Fraiman (1991, p. 110), coloca que é comum que

“a pessoa se assuste com a velhice percebida (por si e pelos outros) e se negue a encarar os fatos: ou se sente e age como se fosse muito mais velha, ou se sente e age como se não tivesse envelhecido, e abusa das próprias forças, como que para provar que nada mudou nem mudará.”

Num outro momento, o Sr. Renato diz que a maioria dos homens não participa de um grupo de convivência de idosos, porque estes morrem mais cedo do que as mulheres:

“É porque os homens morrem muito rápido (risos). Aqui perto de casa, já morreu uns quinze, meu Deus do céu!”

Aqui, é levantada uma questão importante: ele percebe que a expectativa de vida é menor para os homens. Segundo Silvestre (1996, p. 85),

“no Brasil, como na grande maioria dos países, o aumento na expectativa de vida ao nascer tem sido mais significativo no sexo feminino. Isto se deve a vários fatores, principalmente pela proteção cardiovascular dada pelos hormônios femininos, mas também pelas mulheres apresentarem: condutas menos agressivas; menor exposição aos riscos no trabalho; maior atenção ao aparecimento de problemas de saúde; melhor conhecimento destes; maior utilização dos serviços de saúde; menor consumo de tabaco e álcool e etc.”

Entrevistamos, também, o Sr. Marcelo, 74 anos de idade, aposentado há vinte anos, trabalhava como pedreiro, casado com Dona Júlia, que participa do Grupo de Convivência de Idosos Amizade. Sobre o motivo de sua não participação nos grupos de convivência de idosos, o Sr. Marcelo nos diz:

“Se tivesse um grupo em que participasse o masculino, homem, eu participaria. Porque dava pra bater um papo, jogar um dominó, às vezes fazer até algum serviço. Eu não vou porque é só menina ali né? Eu acho que pra elas é conveniente, é bacana, porque elas ficam conversando umas com as outras, uma conversa com a outra da vida uma da outra e isso ajuda muito. Agora se fosse um grupo misto, podia ser para nós também, mas aí a moça lá também não quer homens (risos). Eu não gosto de passear, nem dançar, prefiro ficar por aqui. Se eles me convidam, eu vou ajudar em alguma coisa. Não tá certo é ir pra lá no meio daquela velharada toda que tem lá. Vão me tocar o pau lá.”

Na visada da fala do Sr. Marcelo, aparece novamente, agora situada em um outro espaço, o evidenciado na comunidade da Colônia. Por um lado, parece não existir um sentido em participar de um grupo onde participam apenas mulheres. É necessário que outros homens também se apropriem desse espaço; só assim haverá a troca, o encontro, a criação de vínculos, o trabalho, o jogo.

Por outro lado, ao falar sobre o motivo de sua não participação o Sr. Marcelo demonstrou que o grupo de convivência de idosos tem um significado importante, “é conveniente” para as mulheres, porque “ajuda”. Intuímos que o Sr. Marcelo entende o grupo como espaço de auto-expressão, de sociabilidade, que permite a satisfação pessoal por meio do contato interpessoal e grupal. Ao

mesmo tempo, sua compreensão denota que esse espaço de encontro, de complementaridade, poderia ser, na presença de outros homens, positivo para eles também. Compreende, porém, que a postura do voluntário não deixa em aberto essa possibilidade, negando, mais uma vez, a participação do idoso na sociedade, não bastasse sua exclusão em outros âmbitos. Essa negação pode significar, ainda, o medo do feminino de expor-se à cultura masculina, ou seja, seria um risco submeter-se novamente ao poder, à força, à autoridade e ao mandonismo masculino, já que tantas se libertaram dessa relação.

Além de tantas leituras, há um outro aspecto do fenômeno em questão. A opção em participar desse espaço passa pela necessidade existencial do homem enquanto pessoa. O Sr. Marcelo não aprecia o passeio e a dança e não vê outro motivo que pudesse interessá-lo a participar do grupo, bem como não pretende uma submissão à autoridade que a mulher possui nesse espaço.

Quando o Sr. Marcelo diz que os grupos podem ser espaços ocupados tanto pelo masculino como pelo feminino, relata-nos que já participa de um grupo na comunidade:

“Nós temos uma sociedade ali na praia, é um grupo masculino. É só homem. Eu participo. Lá uma vez ou outra que tem umas festinhas que vai as senhoras. É uma sociedade de bater papo, jogar dominó, essas coisas todas. Sociedade Bons Amigos, tem esse nome. Toda noite tem uma reunião ali, jogam dominó, canastra, fazem um belisco, essa coisa toda. Tem bastante idosos e gente nova também, bastante casados, não tem nenhum solteiro. A gente vê televisão, conversa, cada um conta fofoca um do outro, política sai, coisa de serviço um do outro, quem

trabalha, quem não trabalha. Qualquer um pode chegar lá, pegar uma cerveja, se é fiado pode marcar no caderninho que tem lá pra marcar, mas tem que ser sério, se não for sério sai fora.”

Como podemos perceber, o grupo de convivência de idosos não se constitui num anseio para o Sr. Marcelo, porque também ele, assim como o Sr. Nilo (da comunidade da Coloninha), se apropriou de outro espaço para a satisfação de suas necessidades de afeto, participação, ócio, identidade e liberdade. A “Sociedade Bons Amigos” também é uma vivência que permite a construção de laços afetivos, de ter amizades e estar cotidianamente num ambiente marcado pelo sentimento de pertencimento.

Assim, compreendemos que os homens estão vivendo outras formas de participação. É o espaço do bar, do butiquim, da praça, das associações ou federações de aposentados, onde a pressão religiosa sobre o pecado, a ociosidade ou o vício não é tão forte, longe do espaço da Igreja, sempre ocupado pelas mulheres nos grupos religiosos. Não deve, portanto, ser definido por nós o âmbito onde se possa construir a cidadania e a satisfação das necessidades humanas, tendo em vista a qualidade de vida.

Partindo da intenção de conhecer os motivos da não participação dos homens nos grupos de convivência, procuramos compreender, ainda, os motivos e significados da participação dos homens em alguns grupos de idosos assessorados pela ASA. Assim, apresentaremos, no item a seguir, o estudo

realizado junto a três idosos participantes de dois grupos de convivência da Arquidiocese de Florianópolis.

3.2 - Motivos e significados da participação dos homens num Grupo de Convivência de Idosos

A segunda parte desse estudo foi realizada junto a dois grupos de convivência de idosos da Arquidiocese de Florianópolis. Realizamos algumas entrevistas com os homens que participam do Grupo de Idosos da Saudade, em Biguaçu, o qual conta com a participação de 17 homens e 41 mulheres.

Conversamos com o Sr. Braz, 82 anos, viúvo. Ele nos falou do motivo que o levou a participar do grupo:

“Quem me trouxe aqui pro grupo foi seu Quinca. Eu não tava no grupo, aí ele trabalhou, trabalhou, trabalhou e dizia: ‘Vamo, vamo pra lá.’ Até que vim e já tô mais de seis anos nesse grupo aqui. Eu também entrei no grupo lá de São Miguel. Ia lá e vinha aqui. Então lá não tinha nenhum homem, só mulher, e prá mim não foi bom, porque era só mulher. Às vezes queria jogar um dominó e às vezes as mulher tão conversando, não queria me meter nas conversas das mulher, aí eu saí de lá e fiquei só aqui. Eu aceitei ficar aqui, porque teve um tempo que nós trabalhava. Tinha oficina ali, todo mundo ajudava. Mas depois acabou-se a casa ali, viemo pra aqui e ninguém trabalhou mais, só jogamo dominó. Então, eu saio de casa porque a filha trabalha. Se eu chego na casa da nora, ela tá trabalhando, eu chego lá tá tudo trabalhando, quando tem chocolate pra embrulhar eu embrulho, quando não tem eu saio fora. Por causa disso, que fiquei aqui, porque eu fico sozinho. É por isso que eu procurei isso aqui. Eu não posso mais trabalhar, então eu me incomodo de tá em casa

parado, eu fico nervoso! Porque o meu problema é que eu sofro de artrose, osteoporose, tenho seis bicos de papagaio e a depressão. Eu largo quatro remédio por dia que eu tomo. Depressão porque quando a mulher faleceu eu entrei numa depressão. Tinha dia que as filhas andavam atrás de mim que eu desaparecia, que eu não podia tá num lugar onde tivesse gente que já saia, me fazia um mau. Então eu fiquei louco, louco mesmo! Acabado. Se eu quisesse me casar mulher não faltava, tudo senhoras boas... mas o amor dos meus filhos não dá pra deixar. Eu tenho uma família. Não é me prostrar não. Mas eu tenho uma família unida.”

Compreendemos que a participação do Sr. Braz foi provocada por diversos motivos. Por ordem de colocação, o convite de um amigo foi importante; depois, parece que a presença de outros homens também foi um incentivo à sua participação. Enquanto participava de um grupo em que só existiam mulheres não havia uma satisfação, uma identidade e uma abertura necessária para que pudesse conversar, jogar o dominó, etc. Além disso, sua entrada e continuidade no grupo foi motivada pelo exercício de atividades de interesse para os homens. Havia o “trabalho” (faziam objetos e brinquedos de madeira), mas, no momento, a atividade deixou de ser realizada pela falta de espaço físico e porque roubaram as ferramentas e máquinas.

Em nossa compreensão o motivo de maior expressão parece ser a falta de uma atividade, já que não tem mais saúde para trabalhar, e a necessidade de ocupação do tempo livre, pois fica sozinho em casa, o que denota, também, o sentimento de solidão, não por falta de apoio familiar, pelo que percebemos

durante nosso diálogo, mas porque a viuvez trouxe um vazio existencial que precisou ser preenchido por outros laços afetivos encontrados no grupo.

A qualidade de vida é isso: participação, afeto, entrega, receptividade, solidariedade, respeito, auto-estima, ter amizades, poder expressar as emoções e cultivar vínculos; é estar nesses espaços de intimidade e encontro (Neef, 1986).

À respeito do significado do grupo de convivência, seu Braz nos fala:

“A importância desse grupo pra mim é a alegria. Porque não é só para os idosos, como é pra mocidade. Quando nós saímos pra passear, a maioria é jovem que vai com nós. Então o ônibus vai cheio. Lá todo mundo dança e isso é uma alegria pra gente. Eu sou uma pessoa que vive contente. Se amanhã eu morrer, eu morro contente. Porque eu não vivo mal com ninguém. O respeito em primeiro lugar. Eu vivo doente, mas vivo contente, porque a alegria do povo me dá força.”

Entendemos que a experiência do grupo, para o Sr. Braz, mostra uma transformação no seu existir. Antes, os espaços onde encontrava pessoas reunidas lhe proporcionava-lhe mal estar. Hoje, o prazer está em reunir-se e trocar alegrias, pois é isso que lhe dá força, apoio, sustento, solidariedade.

Enquanto conversamos o Sr. Braz falava sobre os homens que não participam dos grupos de convivência. Segundo ele,

“Tem idosos que tem é orgulho, não quer ser velho. Muito eu já perguntei lá onde eu moro, mas diz ‘Eu não vou pro grupo de idosos. Eu não! Não sou velho!’ Tem vergonha. No meu lugar também tem gente velha, mas não vai. Eu digo assim ‘Se vocês

fossem uma vez, vocês gostariam.’ Aí eles dizem ‘Ah é! Se eu vou pra grupo de idosos, só tu mesmo!’

Quando o Sr. Braz nos falou sobre a evasão de outros homens, revelou a existência de um preconceito entre eles sobre “ser velho”. A negação da velhice possui um viés cultural, o homem que não quer envelhecer, pode estar com receio de perder a referência do masculino. Como vimos, a visão dos homens e mulheres sobre a velhice é distinta, e esses também fazem uso de diferentes mecanismos de resistência à idéia de ser velho (Debert apud Oliveira, 1989). Além disso, as mulheres demonstram estar menos resignadas à velhice do que os homens no que diz respeito à inatividade e ao descarte social.

Em um outro momento de nosso diálogo, o Sr. Braz nos falou sobre o local onde eram realizadas as reuniões do grupo de convivência:

“O que falta pro nosso grupo aqui é nós tê uma casa que pudesse chamar os outros grupos. Que nós somos chamados pra passear nos outros grupos. E agora nós vamos sair daqui. Pra onde nós vai não sabe. Eu tô vendo jeito de amanhã ou depois nós somos obrigado a sair do grupo porque não tem mais lugar.”

Entendemos que o Sr. Braz colocava a necessidade de um projeto. A situação descrita traz à tona a preocupação do grupo sobre a falta de um espaço físico adequado, o que lhe impossibilitaria receber outros grupos e, ao mesmo tempo, deixa a dúvida quanto à continuidade do grupo.

Entrevistamos, ainda, o Sr. Norberto, 71 anos, que participa do Grupo de Idosos da Saudade em Biguaçu junto com sua esposa. O significado do grupo de convivência e o motivo pelo qual participava se expressam na seguinte fala:

“Eu vim prá distrair, porque eu moro lá no sítio e tinha uns problema de doença. Então prá gente não trabalhar muito, por causa do meu serviço eu vim pra qui, pra distrair e jogar um dominó, conversar com os amigo. Eu fui convidado pela esposa do Dino, ela era coordenadora. O motivo então foi pra deixar mais do trabalho, porque a gente sempre trabalhava assim muito, né? Ah! A gente se distrai, faz um passeio. Quase sempre nesses passeios a gente encontra um lugar melhor para se divertir. A gente vai, tem aqueles salão grande, encontra outros grupos por aí.”

Novamente, a questão do trabalho torna-se visível. Entendemos que há, aqui, um confronto com o que já havia sido discutido anteriormente. O Sr. Norberto, ao perceber que sua vida era definida apenas em função do trabalho, ao ser convidado pela coordenadora do grupo, sentiu-se motivado a ter outro projeto de vida, reservando um tempo para descansar, distrair-se, ficar mais tranquilo, cultivar novas amizades, que são também necessidades humanas.

Por isso, os grupos de convivência de idosos são entendidos como uma alternativa ao idoso na satisfação de suas necessidades afetivas, de socialização, de lazer e atualização (Salgado, 1982).

Quanto aos homens que não participam de um grupo de convivência, o Sr. Norberto compreende que:

“... tem gente que quando tem uma saúde só querem trabalhar, trabalhar. Tem muitos lá no meu lugar que dizem ‘Ah! Eu não vou, tenho que fazer isso, tenho que fazer aquilo!’ Agora eu já mudei, deixo de fazer alguma coisa às vezes e venho. Quem mora no sítio sempre tem o que fazer.”

O sentido exposto pelo Sr. Norberto reforça a discussão sobre a centralidade do trabalho na vida do homem, e revela a transformação de um modo de ser, de um valor que ele também possui, mas que foi redefinido em função de sua participação no grupo.

De acordo com Debert (1992), os grupos de convivência de idosos têm contribuído na redefinição de valores, atitudes e comportamentos entre os grupos mobilizados. Os centros que congregam os idosos ampliam suas redes de relações, aumentam o número de atividades desenvolvidas e redefinem papéis sociais, proporcionando uma experiência de envelhecimento mais positiva.

É importante mencionar que percebemos, durante as visitas realizadas aos grupos de convivência de idosos assessorados pela ASA, que existem muito mais homens participando dos grupos situados em zonas rurais como São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos, Águas Mornas, etc.

Dirigimos nossa entrevista também aos homens que participam do Grupo de Idosos São Pedro, na comunidade da Costeira do Pirajubaé, Florianópolis, constituído por 65 mulheres e 06 homens.

O Sr. Dannel, 59 anos, participa do Grupo de Idosos São Pedro com sua esposa, e fala sobre o motivo de sua participação no grupo:

“O meu motivo de eu vim participar foi mais por causa da esposa. A esposa caiu doente. A coordenadora é vizinha nossa e convidou pra ela vim pra cá. Ela veio há uns dois anos atrás. Aí no ano passado, em 97, ela não queria vim mais. Não queria acompanhar o grupo e aí eu disse: ‘Não! Então eu vou contigo!’ Aí eu vim e nos primeiros dois meses a gente se acha meio mal, meio perdido, só pessoal idoso. Tá certo que a gente já tá também com uma idade avançada, eu já vou pros 60, tô com 59. Mas aí a gente acostumou com o pessoal e no fim tornou-se um ambiente bom. Isso aí é uma coisa sadia. É ótimo, a gente acostuma com o pessoal, é maravilhoso, uma das coisas melhor que foi fundada foi esse conjunto dos idosos. Já passeamos, fomos dançar, e prá minha esposa também foi bom, porque ajudou muito no tratamento dela isso aí. Foi um caso de depressão forte que deu nela. Então valeu a pena se entrosar com o pessoal, porque é um pessoal muito bom. Tem pessoas dessas mesmo que requerem um grupo desses porque existe solidão né? Pra muitas pessoas existe solidão. Vivem sozinhas, às vezes viúvas, os filhos trabalham fora, fica em casa sozinha. Pra muita gente existe solidão, e isso aí é maravilhoso! Mas pra nós aqui o que tá faltando ainda é um salão pra nós tudo. Mas eu me sinto bem. Quando chega as férias de dezembro que a gente para dois meses aqui, a gente até sente falta. Já tá louco pra começar outra vez, porque a gente acostuma, pega aquele hábito de as segunda-feira de tarde de tá aqui no grupo. E aqui é tudo uma irmandade, a gente se sente como tá em casa com um irmão. Não existe malícia, não existe maldade de uma pessoa com a outra, da minha parte eu entendo assim.”

Compreendemos, no motivo expresso pelo Sr. Dannel, sua solidariedade com o outro. Quando percebe que o grupo pode ser um espaço de valorização da pessoa, o Sr. Dannel propõe-se a participar do grupo, a fim de ajudar na recuperação de sua esposa, em estado de depressão.

Parece-nos que, a princípio, a participação proporcionou-lhe um estranhamento na medida em que o Sr. Dannel também não se considera idoso. Porém, no decorrer de sua participação, conseguiu entrosar-se com os demais

membros, e logo confirmou que o grupo de convivência de idosos é um vivência saudável, já que o auxiliou no “tratamento” de sua esposa.

O Sr. Danniel ressaltou o grupo de convivência como uma alternativa para as pessoas que vivem sozinhas, pois ele percebeu e enfatizou várias vezes que, para muitas, “existe solidão”. Expressou, ainda, que, hoje, sente-se bem participando de um grupo de convivência, atribuindo um novo significado à experiência vivida. No início, o Sr. Danniel sentia-se “perdido”, agora é como estar “em casa”, quer dizer, num espaço de encontro, de intimidade, em família, tanto que lhe faz falta no período de férias, deixando-o “louco para começar outra vez”.

O estudo por nós realizado quanto à participação dos homens nos grupos de convivência de idosos revelou basicamente três questões. A primeira diz respeito à questão do gênero. Em nossa cultura, o feminino sempre ocupou muito mais os espaços da casa, da comunidade e da Igreja. Já o homem, convencionalmente, ocupou a esfera do trabalho e, nas horas livres, os espaços de lazer situados na própria comunidade como o bar e praça, ponto de encontro dos amigos para conversar, jogar e beber.

A segunda questão compreendida é que os homens têm uma resistência maior à aceitação da velhice, porque a entendem como período de perdas (da masculinidade, da força física, do trabalho) e dependência (da mulher, dos filhos, do Estado).

A terceira questão revela, para os entrevistados, que a participação em um grupo de convivência de idosos não se constitui numa prioridade, pois estes já encontram a satisfação da necessidade de relação, de criar vínculos, de participar e de lazer em outros âmbitos da vida social. É o espaço do bar, da praça, ou do próprio trabalho.

Acreditamos que os homens poderão sentir-se motivados a participar de um grupo de convivência de idosos no momento em que um novo projeto for proposto. Um projeto que atenda também aos seus legítimos interesses e que dê significado à sua participação.

Com relação aos motivos e significados da participação dos homens nesse espaço de convivência, percebemos que, para os entrevistados, o grupo vem contribuindo na redefinição de valores e papéis, possibilitando a satisfação de necessidades humanas como o afeto, a participação, a identidade, transformando a velhice num período com maior qualidade de vida.

Finalizando nosso trabalho, defendemos que o grupo de convivência de idosos deve constituir-se, cotidianamente, num projeto de vida na velhice, que possibilite uma vida com sentido, com significado e com qualidade, satisfazendo as necessidades humanas, e assegurando os direitos sociais, fazendo do idoso pessoa cidadã que possui a vida plena.

Segundo Bosi (1994, p. 80), “durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão

significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo.”

O remédio contra os danos do tempo se fundamenta, sobretudo, na construção para o ser humano de um espaço singular para poder ser e partilhar, e que transcenda lugares e gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, gostaríamos de sublinhar as principais conclusões a que chegamos, bem como apresentar algumas sugestões para posteriores reflexões.

Como vimos, os grupos de convivência de idosos por nós acompanhados permitiram identificar e compreender diferentes formas de relação entre idoso e voluntário.

Percebemos que essa relação no Grupo de Convivência Utopia vem possibilitando uma abertura ao idoso para que possa expressar-se, solidarizar-se e opor-se, favorecendo uma participação mais autêntica. É claro que esse fenômeno não se apresentou de forma plena ou linear. Os recortes apresentados revelaram situações em que essa relação também foi perpassada pela centralização do poder do voluntário, muitas vezes legitimado pelo grupo.

Todavia, a intervenção do Serviço Social se fazia, nesses momentos, na intenção de provocar uma abertura, a consciência crítico-reflexiva e de fortalecer a autonomia do grupo, superando a dependência do idoso com relação ao voluntário. Procurava, ainda, fazer o voluntário perceber que o poder deve ser compartilhado no grupo, a fim de propiciar uma relação mais democrática e com maior qualidade. Uma relação de complementariedade, em que não haja

substituição ou negação do outro, mas uma relação em que voluntário e idoso possam “estar junto com”, exercendo sua condição de cidadão e pessoa.

Foi possível compreender, ainda, que no Grupo de Convivência de Idosos Amizade, a relação idoso e voluntário possuía características de uma participação inautêntica (conformismo e evasão), com a centralização do poder na pessoa da coordenadora e voluntário, assim como a negação do idoso, enquanto pessoa que tem necessidade e potencialidade de participação.

O idoso, nesse processo, confere ao voluntário e coordenadora o poder de decidir, executar e avaliar as questões que fazem parte da vivência grupal, pois não se vê como pessoa capaz de opinar, contribuir, realizar, dialogar e contrapor. Alguns recortes evidenciam, a existência de uma demissão da participação, um conformismo e até uma evasão, mesmo quando as situações não atendiam a satisfação das necessidades humanas.

Embora nossa intencionalidade fosse levar o grupo a uma reflexão sobre o papel do idoso e do voluntário, de provocar uma vivência que possibilitasse a satisfação das necessidades de afeto, identidade, criação e liberdade, não conseguimos alcançar uma transformação na qualidade dessa relação e da participação.

Nosso trabalho permitiu-nos ainda compreender que a participação em um grupo de convivência de idosos não é uma necessidade e um projeto exclusivo das mulheres.

Apesar dos números revelarem que são as mulheres que mais participam desses espaços de convivialidade, percebemos que os grupos vêm sendo, para alguns poucos homens, um projeto de vida que possibilita um significado à existência e, em especial, à velhice.

A partir de nosso estudo, refletimos sobre a importância do grupo de convivência de idosos para os homens, no sentido de dar um novo significado à vida, valorizando a pessoa, criando vínculos, redefinindo valores e papéis, vivenciando uma nova experiência. Notamos, também, que, para outros homens, a participação em um grupo de convivência de idosos é substituída pela participação em diferentes espaços de convivência e de realização, como o trabalho, o bar e a praça, onde podem satisfazer suas necessidades existenciais e - porque não? - construir a cidadania.

Além disso, parece que esse tipo de participação não lhes desperta interesse pelo motivo de não se sentirem velhos, ou ainda, porque não existem voluntários homens e as atividades desenvolvidas são eleitas em função apenas dos valores femininos. A participação dos homens pode estar limitada, também, por não haver uma abertura do grupo feminino à presença masculina. Essa rejeição ou falta de receptividade por parte das mulheres, seria medo da censura masculina?

Nessa perspectiva, levantamos algumas reflexões e sugestões direcionadas ao Serviço Social e à instituição Ação Social Arquidiocesana, porquanto,

percebemos que o Serviço Social tem muito a contribuir nesse âmbito de atuação, não só a nível de intervenção nas relações sociais estabelecidas, mas, também, na formação da consciência crítico-reflexiva, fazendo emergir novos sujeitos, longe de uma posição passiva, conformista e de massa.

Feita essa consideração, sugerimos que o Serviço Social continue refletindo sua prática, avaliando seus limites, buscando inaugurar outras ações interventivas para que sua intencionalidade seja alcançada. Que, nesse caminho, continue produzindo conhecimentos e socializando as experiências da prática cotidiana, a fim de trazer contribuições aos demais profissionais e segmentos envolvidos com a questão do envelhecimento.

Sugerimos, ainda, que a Ação Social Arquidiocesana leve em conta nossa reflexão a respeito dos treinamentos realizados. É necessário retomar seu projeto, pois depreendemos que os Cursos de Formação não têm garantido a transformação da relação idoso e voluntário, a qualidade da participação e a compreensão do processo de envelhecimento pelos voluntários.

Há uma demanda urgente pelo acompanhamento direto do assistente social aos grupos, pois a transformação dessa relação não passa apenas pelo treinamento. É necessária a intervenção constante do profissional no cotidiano dos grupos, provocando, no idoso e voluntário, uma transformação a nível intelectual, mas também a nível afetivo e da ação.

Essa consideração denota a necessidade de uma assessoria direta do profissional ou de uma estagiária, com a supervisão do assistente social ao grupo de convivência de idosos. Assim, sugerimos que a instituição permaneça abrindo campos de estágio aos acadêmicos de Serviço Social, para que os mesmos possam contribuir nessas questões e ter acesso à rica experiência que seus programas oferecem.

Que a instituição reflita durante os Cursos de Formação junto aos voluntários a necessidade de democratizar o grupo de convivência, para que este possa ser, também, um espaço de participação para os homens interessados.

Finalizando, compreendemos que os grupos de convivência de idosos, apesar da marca autoritária e de negação da participação, vem se constituindo em espaços de trocas afetivas, de apoio e de discussão (ainda incipiente) de direitos, oportunizando às pessoas a opção de estarem entre iguais, de pertencer, partilhar e ser, construindo sua cidadania. Uma cidadania que se circunscreve tanto no plano político, jurídico e social, como também inerente à dimensão do próprio sentido de existir.

Entretanto, os idosos também devem estar atentos à situação atual, ocupando seu tempo, não só com projetos de realização pessoal, mas se apropriando desses pequenos espaços para a construção da cidadania, vivida como desejo de felicidade e realização coletiva.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Anna Augusta de. Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. Cap. 3, p. 113-132.

BERQUÓ, Elza. Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. in: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, 1., Brasília. Anais ... Brasília: Ministério da Previdência Social (SAS), 1996. p. 16-34

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 1998.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação? 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

BORN, Tomiko. A dignidade humana na terceira idade. in: IDOSOS: dignidade, cidadania, utopia. Revista Tempo e Presença, São Paulo, v.14, n. 264, p. 5-7, jul./ago. 1992.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3.ed São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Fórum nacional de organismos governamentais de direitos da mulher.

Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica. Conselho dos Direitos da mulher do Distrito Federal, Brasília, 1995.

BRASÍLIA. Lei n.º 8842, de 04 de janeiro de 1996. Política Nacional do Idoso.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n.128, jul.1996.

BUFFON, Roseli. Encontrando o homem sensível?: reconstruções da imagem masculina em um grupo de camadas médias intelectualizadas. Florianópolis, 1992. Cap.2. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos direitos humanos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.18, n.53, p. 9-45, mar./1997.

CASSES, Olma Aquino. Motivos da escolha do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina pelos vestibulandos de 82. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - PUC, 1983.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

CONCILIUM LEGIONIS MARIAE (Dublin). Manual Oficial da Legião de Maria, 1993. 1.ed. Brasil, 1996.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia.

Anais ... Goiás: Trabalho e projeto ético político profissional, 1998, v.1, p. 322-366.

CURSO DE DINAMIZADORES DA ASA, 1997, Florianópolis. Anais ... Florianópolis: Relatório de atividades, 1997. 2v. em 3.

DEBERT, Guita Grim. Desbravando fronteiras e redefinindo padrões. in: IDOSOS: dignidade, cidadania, utopia. Revista Tempo e Presença, São Paulo, v.14, n. 264, p. 13-16, jul./ago. 1992.

_____. As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. Brasília: (s.n.), 1996.

DEMO, Pedro. Ciências Sociais e qualidade. São Paulo: Almed, 1985. Cap.6, p. 111-132.

_____. Pobreza Política. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Participação é conquista: noções de política social participativa.

2.ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 18-72.

DIAS, Maria da Graça dos Santos. A pessoa idosa e a vivência da participação.

Porto Alegre, 1987. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - PUC, 1987.

FAUNDEZ, Antonio. O poder da participação. São Paulo: Cortez, 1993.

FRAIMAN, Ana Perwin. Coisas da idade. 2.ed. São Paulo: Hermes, 1991.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4.ed. São Paulo:

Atlas, 1994.

GOMES, Vera Lúcia A. M. Influências ocorridas na vida dos idosos ao

participarem de grupo de convivência. Florianópolis, 1992. Monografia (Pós graduação em Políticas Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

_____. Concepções sobre a velhice: uma versão das coordenadoras

voluntárias de grupos de idosos assessorados pela Ação Social Arquidiocesana, no município de Florianópolis. Florianópolis, 1996.

Monografia (Pós graduação em Gerontologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

GUEIROS, Maria José Galvão. Serviço Social e cidadania. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

✓ HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Rompendo o cerco. in: IDOSOS: dignidade, cidadania, utopia. Revista Tempo e Presença, São Paulo, v.14, n. 264, p. 22-24, jul./ago. 1992*.

_____. O direito à velhice: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

LAPENTA, Victor Hugo S. A comunidade e o idoso. São Paulo: Santuário, 1996.

LOYOLA, Elísio de Araújo. Terceira idade x biodança x Serviço Social. in: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995, Bahia. Anais ... Bahia: O Serviço Social frente ao projeto neoliberal: em defesa da política e da democracia, 1995, cap. 9, p. 443-444.

7 MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. Idosos: projeto de vida e sociedade. Revista Previdência em Dados, Rio de Janeiro, v.6, n.3, p. 5-11, jul./ set. 1991.

_____. A invenção social da velhice. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

MINAYO, Maria Cecília. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

MINISTÉRIO do planejamento e do orçamento: Brasil, Rio de Janeiro. IBGE, 1997. (Contagem da população de 1996 - resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar).

MINISTÉRIO do planejamento e orçamento: Brasil. IBGE, mar. 1995. (Projeções preliminares de população 1980-2020).

MONTEIRO, Maria Lúcia Lourenço. Projeto de preparação para aposentadoria. in: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995, Bahia. Anais ... Bahia: O Serviço Social frente ao projeto neoliberal: em defesa da política e da democracia, 1995, cap. 9, p. 438-440.

MOTTA, Alda Brito da. Terceira idade: gênero, classe social e moeda teórica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANDOCS, 10., 1996, Caxambu. Anais ... Caxambu: (s.n.), 1996.

NEEF, Manfred Max. Necesidades e Satisfactores, Tradução de Percy Velarde Castillo. (S.L.: s.n.), 1986. p. 34-49.

✕ NERI, Anita Liberalesso. Chinelo velho para pé cansado. in: IDOSOS: dignidade, cidadania, utopia. Revista Tempo e Presença, São Paulo, v.14, n. 264, p. 8-9, jul./ago. 1992.

NILSSON, Vera Inêz Gauer. Ação Voluntária: ser com o outro. Florianópolis, 1995. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

OLIVEIRA, Clara Regina Bach de. Eu fiz tudo para ser feliz: bem-estar entre velhos asilados e não asilados em Florianópolis, 1989. p. 12-15. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

OLIVEIRA, Juarez (Org.). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 13.ed São Paulo: Saraiva, 1996.

PAVÃO, Ana Maria Braz. O princípio de autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 1988. p. 15-37.

PEREIRA, Simone Marilene. O novo relacionamento na terceira idade. Florianópolis, 1996. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

PIRES, Roberto. Cidadania não tem idade. in: IDOSOS: dignidade, cidadania, utopia. Revista Tempo e Presença, São Paulo, v.14, n. 264, p. 25-27, jul./ago. 1992.

PRETI, Dino. A linguagem dos idosos: um estudo da análise da conversação. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, Nara Costa. Primeiro Seminário de gerontologia social do estado do Rio de Janeiro: serviços comunitários. Revista CBCISS, cidade, v.22, n.22, p. 1-11, mês 1991.

ROSA, Maria Inês. “Velhice” do trabalhador e relações de trabalho. in: IDOSOS: dignidade, cidadania, utopia. Revista Tempo e Presença, São Paulo, v.14, n. 264, p. 18-21, jul./ago. 1992.

SALGADO, Marcelo Antônio. Velhice, uma nova questão social. 2.ed. São Paulo: SESC-CETI, 1982.

SILVESTRE, Jorge Alexandre et. al. O envelhecimento populacional brasileiro e o setor saúde. Arquivos de Geriatria e Gerontologia, (S.l.), n.1, p. set. 1996.

SPINK, Mary Jane. (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

WAGNER, Danielle Micheline. O trabalho na adolescência como instrumento educativo de construção da cidadania: em teoria, possibilidades, prosa e quem sabe versos... Florianópolis, 1997. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

WOYTILA, Karol. *Persona e Acción*, Tradução Percy Velarde Castillo. Madrid: BAC, 1982. Cap.7, p. 305-350.

ZANELLI, José Carlos. Programa de preparação para a aposentadoria. Florianópolis: Insular, 1996. 111 p.

ANEXO

DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome do Aluno: Cristiane da Silva

Matrícula: 9421604-5

Ano do desenvolvimento do Estágio I: 1996

Semestre: 96.2

Nome do local do estágio: Ação Social Arquidiocesana – ASA

Nome da supervisora da Instituição: Vera Nícia Araújo de Miranda Gomes

Nome da supervisora da UFSC: Maria da Graça dos Santos Dias

N.º de horas desenvolvidas: 216 horas

Ano do desenvolvimento do Estágio II: 1997

Semestre: 97.1

Nome do local do estágio: Ação Social Arquidiocesana – ASA

Nome da supervisora da Instituição: Vera Nícia Araújo de Miranda Gomes

Nome da supervisora da UFSC: Maria da Graça dos Santos Dias

N.º de horas desenvolvidas: 230 horas

Ano do desenvolvimento do Estágio III: 1997

Semestre: 97.2

Nome do local do estágio: Ação Social Arquidiocesana – ASA

Nome da supervisora da Instituição: Vera Nícia Araújo de Miranda Gomes

Nome da supervisora da UFSC: Maria da Graça dos Santos Dias

N.º de horas desenvolvidas: 216 horas

Coordenadora Estágio/DSS/CSE/UFSC

GRUPO DA AMIZADE GRUPO DE IDOSOS - SACO GRANDE I

REGIMENTO INTERNO DO "GRUPO DA AMIZADE"

O grupo de amizade é um grupo formado por idosos, integrado a Ação Social Paroquial São Francisco, Saco Grande II, isenta de fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado.

Finalidades:

1. - "O grupo da Amizade tem como finalidades:
 - promover a valorização do idoso
 - propiciar o desenvolvimento de habilidades artísticas, culturais, manuais e psicomotoras
 - buscar lazer e diversão
 - congregar idosos, estimulando a solidariedade entre os membros
 - manter intercâmbio com outros grupos congêneres e afins, permutando experiências e unindo esforços na busca de soluções para seus problemas

Organização:

2. - O Grupo de Idosos Amizade é formado por idosos a partir de 60 anos de idade sem descrição de raça, cor e religião.
3. - O Grupo terá um dirigente, sendo este uma pessoa competente, responsável às atribuições que o cargo exige, um membro do grupo.
4. - Além do dirigente, deverá compor o grupo, voluntárias, para ajudar no desenvolvimento das tarefas.
5. - O grupo terá no máximo 50 idosos não incluindo as voluntárias.
6. - A orientação técnica será prestada pela ASA - Ação Social Arquidiocesana - e a assistência financeira pelo Fundo Municipal de Assistência Social.
7. - Além do dirigente e voluntárias será criada uma diretoria, formada por presidente, secretário e tesoureira, todos membros ativos do grupo de idosos.
8. - Quanto ao tempo de gestão dos membros:
 - Dirigentes: indeterminado.
 - Voluntárias: máximo de 5 membros, por tempo indeterminado
9. - A meta de todo este trabalho é "o idoso". É função e responsabilidade dos membros dirigentes e voluntários, portanto:
 - estimular o idoso a participar, ter iniciativas, realizar suas várias atividades onde for possível.
 - organizar festas, passeios, promover palestras, entre outros.
 - preparar o lanche
 - limpar todo o ambiente de trabalho
 - ajudar no desempenho das atividades manuais

- colaborar com atividades espirituais incentivando-as a caridade e atividades sociais, trabalhando pelo mundo e o direito de liberdade.

10. - O trabalho desenvolvido pelas voluntárias visará facilitar e perseguir as finalidades estipuladas no presente regimento.

Parágrafo Único - A voluntária que não estiver satisfeita com o trabalho, agitando e trabalhando contrariada, é convidada a mudar de comportamento ou afastar-se do grupo.

Das Reuniões

11. Os membros participantes reunir-se-ão semanalmente, as 6ª feiras no Centro de Pastorais, anexo a Capela São Miguel, no bairro Saco Grande I, das 14 às 17 horas e esporadicamente, quando se fizer necessário.

12. As reuniões terão os seguintes objetivos

Assistir as celebrações e missas

Trabalhar os trabalhos manuais

Discutir os temas de interesse do grupo com participação de técnicos especializados

Recreação, a cargo dos dirigentes e assessores

Ensaios de cantos, hinos, danças, etc ...

Projeção de Filmes

Outros, de acordo com a oportunidade e criatividade do grupo

Parágrafo Único - Deverá ser respeitado o silêncio na Capela da Paróquia, nas horas de chamada e durante os trabalhos.

13. Somente o idoso membro do grupo terá direito a participar de toda e qualquer atividade promovida, salvo a sua incapacidade física.

14. Cada idoso deverá contribuir com uma taxa mensal, cujo valor será determinado por todos os membros, no início de cada ano.

15. O tesoureiro prestará conta do saldo em caixa ao grupo, esclarecendo as receitas e despesas mensais.

16. O idoso que se afastar por motivo justificado, tem por obrigação, manter-se em dia com o pagamento da mensalidade.

17. Os idosos usarão uniforme nos dias especiais de festas e passeios

Parágrafo Único - A decisão para abolir o uso do uniforme em determinado passeio ou festividade será decidida pela maioria de votos.


18. O idoso que apresentar no período de trinta dias quatro faltas sem justificativa, será eliminado automaticamente, ressalvando-se motivo de doença.

19. Os membros da diretoria prestarão conta do saldo em cada, periodicamente, esclarecendo os débitos.

s disposições gerais e finais

20. Os idosos terão férias a partir de primeiro de Janeiro e estendendo-se até o último dia de fevereiro de a ano.
21. Toda e qualquer arrecadação proveniente de vendas de trabalhos, promoções realizadas e doações ebidas, serão utilizadas em prol do grupo.
22. As verbas arrecadadas deverão ser controladas pelo dirigente do grupo.
23. A saída de um membro do grupo não implicará em qualquer ressarcimento.
24. O presente regimento poderá ser reformulado em seu todo ou em parte, todas as vezes que se fizer necessário.

Florianópolis, 31 de agosto de 1997


Grupo da Amizade da ASPSFX
Saco Grande I